

O Serviço de Proteção aos Índios

Reportagem de ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO

"Não cabe ao Governo insistir em práticas seculares que falharam aos seus ideais, revelando-se, no longo decurso de seu predomínio, baldas de prestígio para deter a corrente avassaladora de uma raça varonil, votada à escravidão e ao extermínio. Cumpre-lhe, ao contrário, constituir em bases novas a catequese, imprimir-lhe feição republicana, fora de privilégios de castas, sem preocupação de proselitismo religioso, constituindo serviço especial centralizado nesta Capital, com irradiações pelos Estados onde se torne necessária a ação que é chamado a exercer, pacientemente e sem intermissão de esforços". — RODOLFO MIRANDA.

Visamos dois objetivos com a transcrição do que ficou dito acima: prestar homenagem à memória de Rodolfo Miranda, que tanto fez pelos nossos índios quando ministro da Agricultura, e enriquecer este modesto trabalho com apreciação justa, e muito feliz, de velho problema nacional, que só na República foi encarado com decisão e firmeza pelo Governo.

Cumpre-nos agora informar aos leitores da *Revista do Serviço Público* o que vem sendo feito em favor de milhares de brasileiros, maltratados pelos "civilizados" durante quatro séculos e tidos injustamente na pior conta, como observou, entre muitos outros, o sertanista Couto de Magalhães no seu livro "A viagem ao Araguaia".

Fácil nos foi a tarefa de coletar informações exatas das atividades a cargo da repartição federal que, de sua sede aqui no Rio de Janeiro, irradia pelos Estados sua ação benéfica, de proteção e assistência aos índios que queiram espontaneamente e sem qualquer constrangimento incorporar-se à comunidade brasileira.

NA SEDE DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

No quarto andar do "Edifício Deodoro", à avenida Graça Aranha n. 81, acha-se instalado o Serviço de Proteção aos Índios. Seu diretor é o coronel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos. Funciona na sede do S.P.I., e sob a presidência do general Cândido Mariano da Silva Rondon, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, do qual falaremos depois.

COMO TRABALHA NO INTERIOR DO PAÍS O S. P. I.

No Brasil ainda há extensas regiões habitadas por índios. Não vamos perder tempo em descrever-lhes a lo-

calização. Um mapa será, sem dúvida, mais elucidativo e preciso. Bom seria se pudéssemos lançar mão de outros mapas e também de gráficos e fotografias em vez de texto, para dar informação completa ao leitor de tudo quanto se está fazendo em benefício dos índios brasileiros.

Sendo-nos isso impossível, passemos, então, a falar da organização do S.P.I., na qual os seus postos junto às regiões habitadas por índios têm relevante papel em todas as atividades da repartição.

Além de sua sede, conta o S.P.I. com oito Inspetorias assim distribuídas:

Amazonas e Território do Acre — Sede: Manaus.

Pará — Sede: Belém

Maranhão — Sede: São Luiz

Centro — Sede: Salvador

São Paulo e Sul de Mato Grosso — Sede: Campo Grande

Sul — Sede: Curitiba

Mato Grosso, Centro e Norte — Sede: Cuiabá

Goias — Sede: Cidade de Goiaz.

A essas Inspetorias acham-se subordinados vários Postos Indígenas, razão de ser da existência do S.P.I., que neles tem pessoal especializado e material adequado à aproximação com as tribus indígenas.

Não é uniforme a organização de trabalho nesses Postos. Varia conforme o estado de assimilação dos selvícolas das regiões em que se acham instalados. Assim, pois, acham-se eles classificados:

P. I. N. — Pôsto de Assistência, Nacionalização e Educação.

P.I.F. — Pôsto de Fronteira e Vigilância

P.I.A. — Pôsto de Atração

P.I.T. — Pôsto de Alfabetização e Tratamento

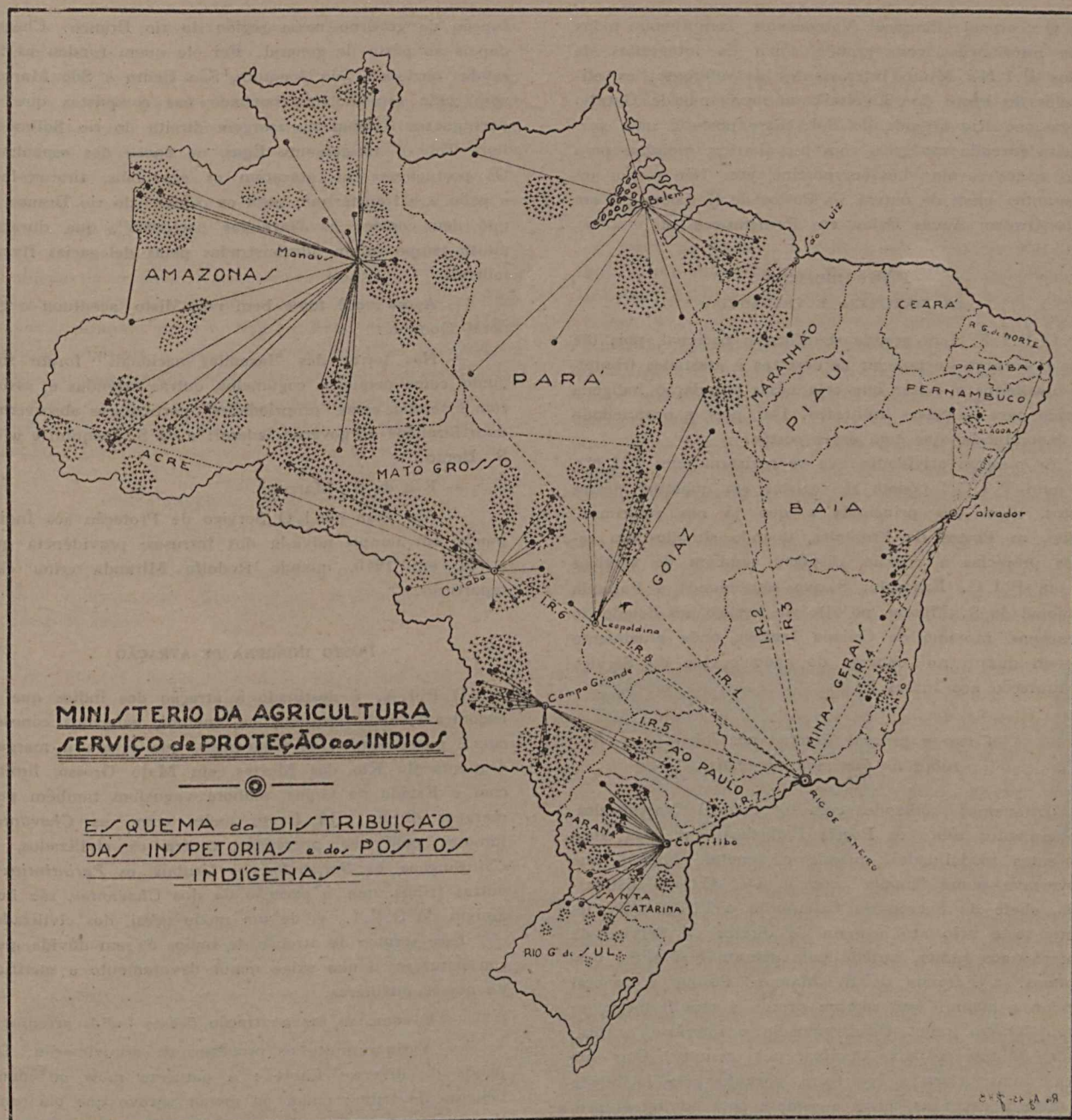
P.I.C. — Pôsto de Criação.

Até 31 de dezembro de 1942, havia 94 dêsses postos, localizados desde o Rio Grande do Sul até o extremo norte do Amazonas. Neste ano tem havido pequenas modificações de alguns postos do Amazonas, quanto apenas à denominação e localização.

Vamos descrever agora como trabalha cada pôsto, conforme sua natureza. Começemos, portanto, pelo

PÔSTO DE ASSISTÊNCIA, NACIONALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Sua abreviatura, P.I.N., será melhor para defini-lo nesta nota. A mesma convenção para os demais, cujos



nomes serão sempre substituídos por três letras apenas, conforme registado linhas acima.

O P.I.N. presta assistência aos índios que estão sendo incorporados à civilização. Aprendem eles a ler e a escrever em português, sendo-lhes ainda ministrada aprendizagem de ofícios adequados, como os de oleiro, carpinteiro, pedreiro, etc. Paralelamente, procura-se interessá-los na prática da agricultura, pecuária, apicultura e piscicultura. Há atualmente cerca de quarenta desses postos, o que revela, sem dúvida, que já é bem grande a massa de selvícolas em incorporação à comunidade social. A direção do S.P.I. acha, entretanto, que essa assistência está bem longe de corresponder às necessidades imperiosas de toda a população indígena do Brasil, pois que ainda é avultado o número de clans não assistidas, como deveriam, pelos poderes competentes. Haja vista, por exemplo, o

Acre, onde não é pequena a densidade demográfica indígena, grande parte da qual sem nenhum contacto com os civilizados, como a formada de índios que vagueiam entre os vales dos rios Gy-Paraná e Roosevelt, Aripuanã e Juruena, etc.

Mas, em relação ao problema da assistência e educação nos P.I.N., ainda há que acrescentar que, quanto a esta, também se ensinam aos índios cânticos patrióticos, esportes, etc.

As indiazinhas aprendem a costurar, bordar e outros trabalhos manuais. A máquina de costura já lhes é familiar em muitos Postos, bem como bastidores, teares etc.

Os indiozinhos, que freqüentam as escolas, recebem almoço e merenda e são vestidos e calçados à moda dos civilizados.

O coronel Fonseca Vasconcelos comprovou todas essas informações com grande cópia de fotografias de vários P.I.N.º. Muito interessantes as referentes às atividades do Pôsto do "Ligeiro", no município de Getulio Vargas, no Rio Grande do Sul. Esse pôsto é uma verdadeira fazenda moderna, com luz elétrica, moinhos para trigo, gados cavalar, bovino, porcino, etc. Não menos interessantes, além de outros, os Postos de S. Lourenço, em Mato Grosso; Águas Belas, em Pernambuco, etc.

PÔSTO INDÍGENA DE FRONTEIRA E VIGILÂNCIA

O P.I.F. tem grande significação nacional, pois lhe cabe o encargo de policiar as desertas e afastadas fronteiras brasileiras e evitar que seja nossa população indígena atraída para os países limítrofes. Daí, pois, a propriedade da denominação que têm esses postos.

As mesmas atividades que se registam num P.I.N., ou num P.I.C., podem se registrar em qualquer desses postos, além das principais a que já nos referimos. Assim, os Postos de Fronteira, quando situados em regiões propícias à criação, dispõem também de serviços de um P.I.C. Exemplo: o que compreende a Fazenda Nacional de S. Marcos, no alto rio Branco, no Estado do Amazonas, próximo da Guiana Inglesa, onde atualmente existem quatro mil cabeças de gado bovino do Serviço de Proteção aos Índios.

Como o general Rondon nos falou sobre as fazendas nacionais

Estávamos colhendo com o coronel Vasconcelos apontamentos sobre os Postos Indígenas, nas suas cinco diferentes modalidades, quando o general Rondon, que conversava numa "maple" com o Dr. Antônio Estigarribia, chefe da Secção de Orientação e Fiscalização, levantou-se e veio até à mesa do diretor do Serviço de Proteção aos Índios, atraído pelo assunto que então versávamos: a Fazenda de S. Marcos. Porque o general Rondon é assim: está sempre pronto a manifestar-se, se cuye falar em índio. Observemos-lhe o interêsse, o entusiasmo de que se deixa dominar pelo assunto. Com sua dicção muito clara e voz forte, encanta pela facilidade de dizer e expor as coisas e sempre com admirável precisão, dando-nos a idéia de haver chegado ontem de Cucuí ou das regiões acima da Fazenda de S. Marcos, no extremo norte do Brasil!

E tem este "tic" o general Rondon, quando fala, repetindo-o a miúdo:

— Não é exato?

Quando calado, dá-nos o grande sertanista brasileiro a impressão de um introvertido. Mas nada disto! Expansivo, franco, sem peias, é homem que tem a alma à flor, que pensa às claras, revelando assim nitidamente as menores facetas de seu caráter, em que a lealdade e a franqueza são de traço dominante.

Mas, como estávamos dizendo, o general Rondon logo que nos ouviu falar em Fazenda de S. Marcos, entrou com este aparte esclarecedor:

— Esta fazenda tem grande tradição: foi fundada por Lobo d'Almada, oficial do Exército português com

função de govêrno nessa região do rio Branco. Chegou depois ao pôsto de general. Foi ele quem fundou as fazendas nacionais São Joaquim, São Bento e São Marcos, com gado espanhol arrebanhado nas conquistas que os portugueses fizeram na margem direita do rio Solimões, hoje Tefé e antigamente Egas, na época dos espanhois. Os portugueses, ao atacarem os espanhois, tiraram-lhes o gado e o transferiram para os campos do rio Branco, o que deu começo às "fazendas nacionais", que durante muito tempo foram administradas pelas delegacias fiscais federais.

— Agora você tome bem nota disto, acentuou o general Rondon:

— Nas terras das "fazendas nacionais" foram surgindo, como pequenos cogumelos, outras fazendas e, assim, com o tempo, essas "propriedades" particulares absorveram duas fazendas do govêrno federal: a de S. Joaquim e a de S. Bento.

— E a de S. Marcos?

— Ah! Essa não! O Serviço de Proteção aos Índios poudo em tempo salvá-la dos intrusos, providência que tomei, em 1910, quando Rodolfo Miranda criou esta repartição.

PÔSTO INDÍGENA DE ATRAÇÃO

O P.I.A. é destinado à atração dos índios que se encontram ainda esquivos ou, melhor, zangados conosco, como, por exemplo, os *Chavantes*, que vivem à margem esquerda do Rio das Mortes, em Mato Grosso, limites com o Estado de Goiaz, embora vagueiem também pela margem direita. Já foram assim como os *Chavantes*, famosos pela sua prevenção contra os civilizados, os *Caingangues*, os *Botucudos*, os *Urubús*, os *Parintintins* e outras tribus, que, à exceção da dos *Chavantes*, são hoje amigas do S.P.I., e, de um modo geral, dos civilizados.

Esse serviço de atração de índios é, sem dúvida, pela sua natureza, o que exige maior devotamento e sacrifício de nossos auxiliares.

— E como se faz a atração desses índios arredios?

— Variam muito os processos de aproximação. Depende de diversos fatores: a natureza mais ou menos belicosa da tribu; maior ou menor agravo que ela tenha dos civilizados e, muitas vezes, um nada serve para atraí-la ou para afastá-la ainda mais de nosso convívio. Já lhe falámos que, quanto aos nossos funcionários encarregados da delicada tarefa de atrair os índios, não pode haver qualquer revide de parte deles, se agredidos, pois que têm sempre em muita conta a nossa máxima: "Morrer se preciso for, matar nunca". A esse propósito, nunca é demais insistir na necessidade de dar-se aparelhagem adequada a qualquer expedição a regiões do país habitadas por índios. Quando falo em aparelhagem adequada não me refiro somente a recursos materiais, mas sim e principalmente a recursos humanos, isto é, de pessoas dotadas de disposições idênticas às nossas. O revide é sempre perigoso, deshumano, covarde, ilógico e pouco prático. E, pouco prático, porque só consegue eternizar a hostilidade dos infelizes índios. Daí, pois, o desacôrdo de nossa parte com improvisação de expedições de qualquer natureza a terras habitadas por índios, ainda em estado selvagem.

— Qual o pôsto de atração do S.P.I. mais perigoso no momento?

— O Pôsto de Atração Pimentel Barbosa, à margem direita do rio das Mortes, em Mato Grosso. Basta que lhe diga que, na primeira tentativa de contacto com êsses índios, quasi todo o pessoal dêste Serviço, inclusive o seu chefe Dr. Pimentel Barbosa, foi sacrificado. Os nossos devotados auxiliares foram mortos a bordume (cacetete). Isso foi há dois anos. Mas não desanimámos por isso. Outra turma foi organizada e lá está operando, sob a chefia do inspetor Aparecido da Fonseca. Há ainda o Pôsto Irmãos Briglia, instalado à margem do rio Camanaú, afluente do rio Negro. Êsse pôsto chamava-se Manoel Miranda e tomou o nome atual em homenagem a dois irmãos, chefes de turmas que foram aí sacrificados, há cerca de um ano, pelos índios *Uameris*. A denominação "Manoel Miranda" voltou a um pôsto que antigamente tinha êsse nome.

PÔSTO INDÍGENA DE ALFABETIZAÇÃO E TRATAMENTO

Depois o coronel Vasconcelos passou a falar do Pôsto Indígena de Alfabetização e Tratamento, assim se expressando:

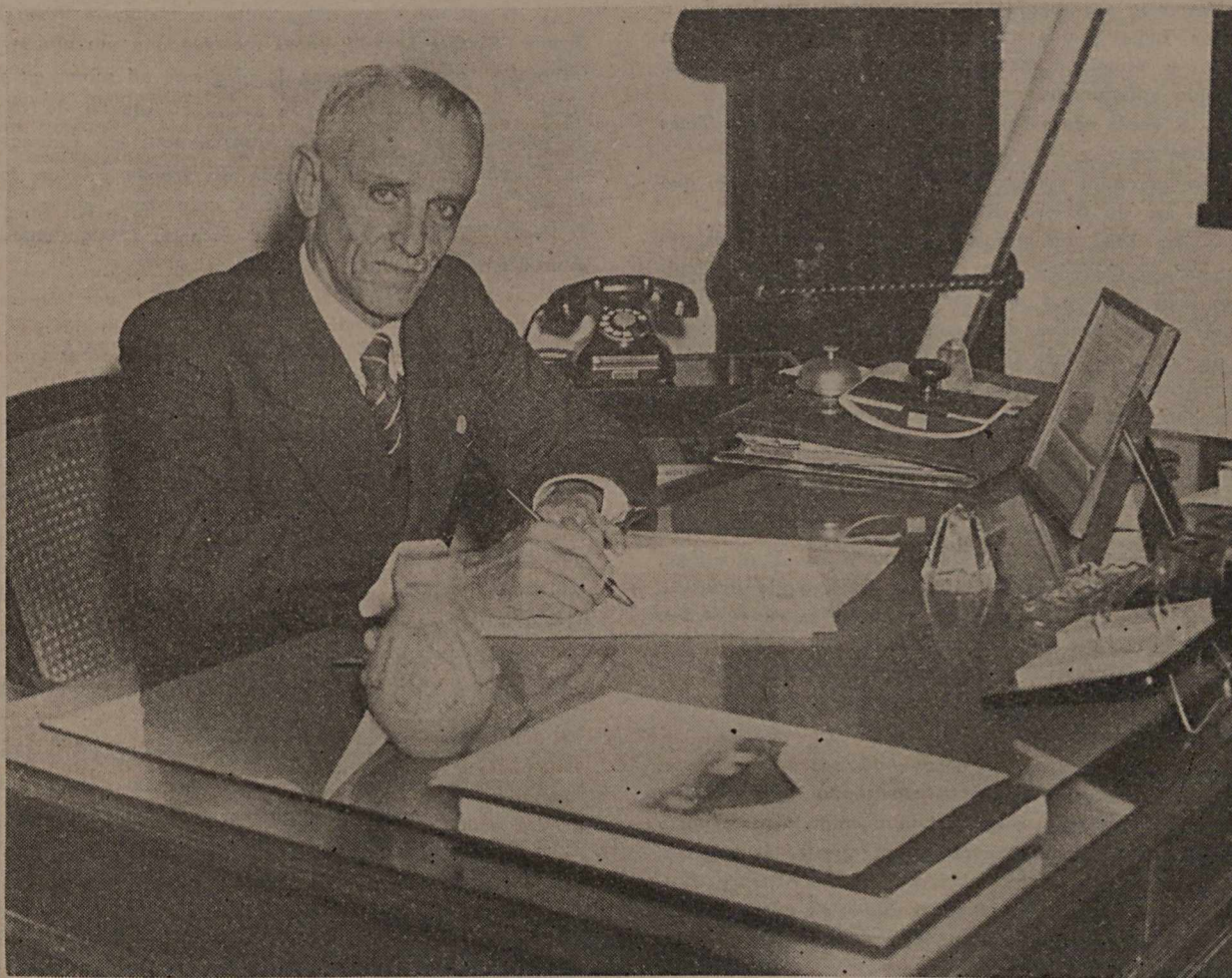
— O P.I.T. é o mais simples e o mais econômico de nossos postos. Foi criada essa modalidade de pôsto para dar-se assistência a índios que já estão em longa convivência com civilizados, embora mantenham suas tradições, alguns de seus ritos e costumes característicos. Como sabe, há vários grupos esparsos de índios que, pelo número reduzido de componentes e pela sua civilização, se congregados devidamente num todo, corresponderiam, sem dúvida, à população indígena normal de um Pôsto de Assistência e Nacionalização. Entretanto, devido à sua dispersão em pequenos grupos, o recurso que se teve de não os deixar ao abandono foi, como dissemos acima, a criação para cada um dêsses grupos de um Pôsto de Alfabetização e Tratamento.

Hoje, por exemplo, encontram-se dêsses postos no Pará, em Pernambuco, em S. Paulo, Paraná e sul de Mato Grosso e Goiaz.

Se o Serviço de Proteção aos Índios contasse com mais recursos materiais, de certo que instalaria outros Postos de Assistência, como das demais modalidades.

PÔSTO INDÍGENA DE CRIAÇÃO

O coronel Vasconcelos referiu-se em seguida aos Postos de Criação, reportando-se ao que disse o general



O coronel Vicente de Paulo Vasconcelos em sua mesa de trabalho, no S.P.I.

Rondon sobre a origem das fazendas nacionais e depois a outros postos :

— Nem preciso definir o que seja um P.I.C., pois seu nome é bem claro... Exemplo de um P.I.C.: o Pôsto "Couto de Magalhães", na margem direita do rio S. Lourenço, em Mato Grosso. Pode ser considerado um P.I.N. e um P.I.C., isto é, um Pôsto Indígena de Assistência e, ao mesmo tempo, um Pôsto Indígena de Criação.

E assim que o general Rondon, que já havia voltado a conversar com o Dr. Antônio Estigarríbia, ouviu falar no Pôsto "Couto de Magalhães", levantou-se novamente para este outro esclarecimento :

— Olhe, Vasconcelos, esse lugar era chamado pelos "Borôros" — Pirigara. E você sabe por que? Esses índios contaram-me assim a história da origem do nome: "Saíram a caçar e, num lugar muito triste, ouviram gritar: *Piri!* e depois *Gara!* num "furo" que ligava o rio S. Lourenço ao rio Cuiabá. Era um bicho esquisito, que emergia da água e logo gritava — *Piri!* — e ao imergir *Gara!* — Daí Pirigara, uma lenda como tantas outras de nosso "folclore" indígena. Com o tempo, verificou-se uma corruptela, que produziu o nome atual Perigara e até mesmo Tarigara, como muitos caboclos pronunciavam, e isto por desconhecê-lo por completo a origem da lenda.

Tratou-se em seguida de outro Pôsto de Criação, o "Simões Lopes", que também se pode considerar um P.I.A., e situado à margem direita do rio Teles Pires, conhecido antigamente como Paranatinga.

— E vocês não sabem por que se chama agora Teles Pires esse rio?

Essa pergunta o nosso leitor há de perceber logo que só pode ser do general Rondon...

— Em 1889, um grupo de engenheiros militares, todos gaúchos, chefiados pelo capitão Teles Pires, organizou-se aqui no Rio e, sob os auspícios da Sociedade de Geografia, empreendeu uma expedição de caráter geográfico ao norte de Mato Grosso. Dela faziam parte os primeiros tenentes Villeroy e Oscar de Miranda. Os jovens exploradores foram primeiro a Cuiabá e depois tomaram o mesmo caminho anteriormente palmilhado por Von den Esteinen, até à margem esquerda do rio Paranatinga, chegando à aldeia dos índios *Bacairi*, chefiados pelo cacique "Antoninho", o mesmo que antes havia acompanhado aquele explorador alemão. Desceram o rio Paranatinga, mas, em meio da viagem, sofreram um grande desastre, perdendo tudo que levavam, até as próprias embarcações. Aí ficaram durante muito tempo sem saber como safar-se do lugar. Resultado: pereceu grande parte dos expedicionários, inclusive o chefe Teles Pires.

— E Villeroy?

— Villeroy não pôde acompanhar os companheiros. Proclamada a República foi ele designado para governar o Estado do Amazonas e seu primeiro cuidado nesse posto foi organizar uma nova expedição, de salvação da anterior, a qual partiu de Manaus, subindo o rio Paranatinga. Encontrou ela ainda, e em deplorável estado de miséria física, alguns soldados sobreviventes da expedição Teles Pires e também Oscar de Miranda.

Depois de pequena pausa, continuou o general Rondon :

— Mais tarde resolvi explorar o mesmo rio Paranatinga. Confiei a direção da expedição ao então tenente goiano Antonio Pirineus de Souza, que tinha a seu crédito o fato de haver comandado o contingente da expedição que atravessou de Tapirapoã, município de S. Luiz de Cáceres, a Santo Antônio do Madeira, em 1909. O tenente Pirineus conseguiu, afinal, explorar completamente o Paranatinga. Mais tarde fiz a respeito uma conferência na Sociedade de Geografia, na qual resolvi prestar justa homenagem à memória de Teles Pires, dando o nome desse malgrado explorador patricio ao rio Paranatinga.

— E porque se chama "Simões Lopes" o Pôsto Indígena da margem direita do rio Teles Pires?

— Quando fundei esse posto, resolvi dar-lhe o nome do ministro da Agricultura que então estava mantendo tudo quanto fizera Rodolfo Miranda pelos nossos índios. Por sinal que, ao comunicar ao ministro Ildefonso Simões Lopes essa minha resolução, não concordou ele comigo, chegando a dizer-me "que isso não era republicano". Ponderei delicadamente ao ministro que talvez fôsse indisciplina desobedecê-lo, mas que o nome já estava dado... E sabe o que aconteceu: ficou mesmo esse nome, concluiu satisfeito o general Rondon.

O coronel Vasconcelos voltou a tratar do Pôsto Indígena "Simões Lopes", agora recorrendo a um album de fotografias, bem reveladoras do progresso ali reinante: pecuária desenvolvida, vendo-se magnífico plantel de zebús de puro sangue "guzerat", adquirido aqui em Cantagalo, no Estado do Rio, na fazenda do grande criador João Abreu; escola, moinhos de vento, enfermaria, garagem, etc. O Pôsto "Simões Lopes" fica a cerca de 250 quilômetros a nordeste de Cuiabá.

COMO JOSÉ BONIFÁCIO ENCARAVA A QUESTÃO SELVÍCOLA NO PAÍS

Ao ser instalado, nesta Capital, a 7 de setembro de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, fez o Ministério da Agricultura editar um opúsculo em homenagem a José Bonifácio e no qual se enfeixam duas representações que o grande estadista apresentou, em 1823, à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.

Nesse opúsculo encontra-se uma carta-prefácio do tenente-coronel Rondon, da qual extraímos os seguintes trechos, com referência àqueles dois documentos: "Na primeira, José Bonifácio expunha com grande clarividência e nobreza de alma o seu projeto de chamar os índios à civilização; na segunda, propunha, com igual elevação de sentimentos e de idéias, as medidas que lhe pareciam urgentes para que a escravidão africana desaparecesse rapidamente. Ele considerava a resolução desse duplo problema social da máxima urgência e de grande alcance político. A regeneração política da nação brasileira dependia, antes de tudo, da completa fraternização das três raças, abolindo a escravidão e opressão das mais

fracas, que seriam incorporadas com justiça em nome da sociedade”.

Agrada-nos transcrever nesta reportagem outros trechos do magnífico opúsculo editado pelo Ministério da Agricultura.

“E HAVEMOS DE DESCULPÁ-LOS”...

Dos “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil” — eis o título de trabalho de José Bonifácio sobre os nossos selvícolas — impõe-se também a transcrição de alguns conceitos do patriarca, tanto mais que ainda hoje se observa a mesma incompreensão, a mesma forma de encarar os nossos índios por muita gente que só pensa em exterminá-los, medida que considera de grande prudência e alta expressão social...

Eis o que em 1823 dizia José Bonifácio:

“Eu sei que he difficil adquirir a sua confiança, e amor; porque, como já disse-lhes, nos odeião, nos temem, e podendo nos matam, e devorão. E havemos de desculpal-os; porque com o pretexto de os fazermos Christãos, lhes temos feito, e fazemos muitas injustiças, e crueldades. Faz horror reflectir na rapida despovoação destes miseraveis depois que chegámos ao Brasil; basta notar, como refere o Padre Vieira, que em 1615, em que se conquistou o Maranhão, havia desde a Cidade até o Gurupy mais de 500 aldeias de Indios, todas numerosas, e algumas d'ellas tanto, que deitavão quatro a cinco mil arcos; mas quando o dito Vieira chegou em 1652 ao Maranhão já tudo estava consumido e reduzido a mui poucas aldeotas, de todas as quais não pôde André Vidal de Negreiros juntar 800 Indios d'armas. Calcula o Padre Vieira que em 30 anos pelas guerras, captiveiros, e molestias, que lhes trouxeram os Portuguezes, erão mortos mais de dois milhões de Indios”.

E José Bonifácio afirmava então:

“Os meios porém de que se deve lançar logo mão para a prompta e necessaria civilização do Indio, e que a experiencia e a razão me tem ensinado, eu os propuz aos Representantes da Nação e são os seguintes:

1.º *Justiça*, não esbulhando mais os Indios, pela força, das terras que ainda lhes restão, e de que são legitimos Senhores, pois Deus lh'as deu; mas antes comprando-lh'as como praticarão os Estados Unidos da America.

2.º — *Brandura, constancia e sofrimento de nossa parte*, que nos cumpre como os usurpadores e Christãos. (etc.)

3.º — Abrir commercio com os barbaros, ainda que seja com perda da nossa parte, recebendo em troca os generos de suas mattas e pequena industria (etc.)

4.º — *Procurar com dadivas e admoestações* fazer pazes com os Indios inimigos, de baixo das condições seguintes (e José Bonifácio enumera as condições) etc.

5.º Favorecer por todos os meios possiveis os matrimonios entre Indios e brancos e mulatos etc.”.

E o grande defensor dos índios e dos negros prosegue citando outras condições que, somadas, chegam a 44.

POSTOS INDÍGENAS DO EXTREMO NORTE DO BRASIL AO RIO GRANDE DO SUL

Amazonas e Território do Acre	<i>Rio Solimões</i> : Ticunas.
	<i>Rio Negro</i> : Jauaperi, Melo Franco, Querari, Tiquié, Cucuí, Ajuricaba, Barbosa Rodrigues.
	<i>Rio Juruá</i> : Rio Gregório, Alto Embira
	<i>Baixo Amazonas</i> : Manoel Miranda, Lobo d'Almada.
	<i>Rio Purús</i> : Manauacá, Marienê
Pará	<i>Rio Branco</i> : São Marcos, Surumú, Itacutú
	<i>Rio Madeira</i> : Antônio Paulo, Ricardo Franco, Rodolfo Miranda, Ipi-xunas.
	<i>Zona Norte</i> : Luiz Horta, Rio Uaçá
Maranhão	<i>Rio Tapajós</i> : Alto Tapajós, Cururú.
	<i>Rio Xingú</i> : Irirí, Xingú
	<i>Rio Tocantins</i> : Tocantins, Marabá
Centro	<i>Rio Gurupi</i> : Pedro Dantas, Felipe Camarão, Maracassumê
	<i>Pindaré e Grajaú</i> : Gonçalves Dias, Araribóia
	<i>Barra do Corda</i> : Tenente Manoel Rabelo, Capitão Uirá
S. Paulo e Sul de Mato Grosso	<i>Pernambuco e Paraíba</i> : Nisia Brasileira, General Dantas Barreto, Pancarús.
	<i>Baía</i> : Paraguassú, Caramurú
	<i>Minas Gerais</i> : Engenheiro Mariano de Oliveira, Guido Marlière.
	<i>S. Paulo</i> : Araribá, Icatú, Vanuire, Itatins.
	<i>Sul de Mato Grosso</i> : Taunay, Cachoeirinha, Buriti, Capitão Vitorino, Lalima, Presidente Alves de Barros, Cadiueus, S. João do Aquidavão, Francisco Horta, José Bonifácio, União.

Paraná	Paraná: Laranjinha, Barão de Antonina, Queimadas, Faxinal, Palmas, Rio das Cobras, Boa Vista, Apucarana, Mangueirinha.
	Santa Catarina: Duque de Caxias, Xapecó.
	Rio Grande do Sul: Ligeiro, Caci-que Doble, Nonoái, Guarita
Mato Grosso Centro e Norte	Centro e Norte: São Lourenço, Córrego Grande, Couto de Magalhães, Piebaga.
	Norte e Oeste: Simões Lopes, José Bezerra, Pirineus de Souza, Fraternidade Indígena.
	Leste: Batovi, Alípio Bandeira.
Goiáz	Tocantins: Manoel da Nóbrega, Craôs, Tocantins, Rio do Sonho.
	Araguaia: Getúlio Vargas, Heloisa Torres, Javaés, Carajás.
	Rio das Mortes: Chavantes do Norte, Pimentel Barbosa.
	Madeira Mamoré: Ribeirão

NOMES DE POSTOS INDÍGENAS
QUE NOS DESPERTARAM INTERESSE

Na relação dos Postos Indígenas que inserimos neste trabalho encontrámos nomes que nos despertaram natural interesse. Uns, de pessoas conhecidas, mas cuja atuação na causa indígena ignorávamos por completo, e outros, de pessoas de quem nunca ouvimos falar anteriormente.

Por que Nísia Brasileira? E Guido Marlière?

Essa nossa ignorância pode ser tomada em má conta, mas não há inconveniência em confessá-la. Ao contrário, pois, só assim, alguns de nossos leitores, poucos talvez, poderão aproveitar-se do que nos disseram a respeito o general Rondon e o Dr. Antônio Estigarribia, os maiores conhecedores no país da vida de nossos índios e também dos episódios a eles inerentes.

Falámos primeiro ao Dr. Antônio Estigarribia sobre

Guido Marlière

E pronta foi a informação do chefe da Secção de Orientação e Fiscalização do S.P.I.:

— Guido Marlière, que veio provavelmente na comitiva de D. João VI, quando Bonaparte mandou invadir Portugal, servia no Exército português. O príncipe regente, destruindo toda a obra de Pombal com referência aos nossos índios, declarou-lhes guerra e escravidão. No Espírito Santo e parte de Minas, onde corre o rio Doce, foram instalados quartéis e comandos militares para efetivar aquela perseguição. Marlière, embora exercendo o cargo de comandante de um desses quartéis, tornou-se afinal um grande paladino dos índios e, assim, conseguiu estabelecer com eles política sábia e humana, como fez mais tarde Rondon, livrando-os em grande parte dos efeitos das medidas odiosas do governo central. A biografia de Marlière foi escrita pelo embaixador Afrânio de Melo Franco. Marlière foi também grande defensor

dos negros escravos, a ponto de haver escrito, tal como fez José Bonifácio, uma memória sobre a libertação dos cativos, e que encaminhou ao Poder Legislativo daquela época.

Nesta altura, quando conversávamos sobre Marlière, aproximou-se o general Rondon:

— Há ainda uma nota interessante sobre Marlière: Ficou o excepcional, o extraordinário defensor de nossos



Guido Thomaz Marlière

índios de tal forma integrado na vida e nos costumes de seus protegidos, que ao morrer pediu que lhe fizessem esta vontade: ser enterrado em pé, com uma garrafa de vinho de um lado e um pedaço de pão, do outro.

— Por que isso, general?

— Você não sabe? É um costume dos índios.

O Dr. Antônio Estigarribia deu-nos a ler, no dia seguinte ao da conversa sobre Marlière, o livro de Afrânio de Melo Franco sobre o nobre e generoso francês que deixou o nome para sempre ligado à grande causa nacional da defesa dos nossos índios.

Eis o que disse o saudável embaixador Melo Franco sobre o "Apóstolo das selvas mineiras":

"A maior parte da vida de Marlière, passada no Brasil, foi dedicada à civilização dos índios. Nessa humanitária empresa consumiu ele uma grande fase de sua existência, pondo em sua nobre missão um tal desvelo, uma abnegação tão acentuada, um altruismo tão generoso, que o fazem herdeiro e continuador das glórias de Anchieta e lhe justificam o título de *Apóstolo das selvas mineiras*, com que o epíteto Augusto de Lima".

NISIA BRASILEIRA

Nisia Brasileira, aliás Nisia Floresta Brasileira Augusta. Nome que é um poema! Vida que é um livro encantador, de páginas impregnadas desse perfume suave que a bondade e o saber, o amor e a ternura conseguem compor e filtrar em deliciosa essência, só perceptível na sua delicadeza e finura pelas pessoas de espírito e de coração. E não foram poucos os escritores, apóstolos, sábios e poetas que lhe dedicaram, à brasileira excelsa, páginas comovidas de admiração, respeito ou simpatia.

Quanto a nós, que não sabíamos quem fôra Nisia Brasileira — o que confessamos à puridade e com tristeza — sentimos agora e bem compreendemos a razão de ser de seu nome num Pôsto Indígena, merecida e justa homenagem à autora do poema *A lágrima de um Caeté*, que também foi defensora dos pobres negros escravos e numa época em que era crime defender-se os oprimidos.

Mas ao modesto e velho repórter não cabe, decerto, à falta de autoridade para fazê-lo, dizer quem foi Nisia Brasileira. Melhor será dar a palavra àqueles escritores, apóstolos, sábios e poetas que já se ocuparam da vida e da obra da grande patriciã nossa:

Constancio Alves, no *Folhetim do Jornal do Comércio*, de 21 de outubro de 1909, disse: "Nisia não foi uma destas tantas celebridades locais cujo poder de irradiação se circunscrevia aos limites de um município ou de uma província".

Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, afirmou: "No meio dos homens dominando sozinho todas as atividades extra-domésticas, e as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever; das senhoras mais finas, soletrando apenas livros devotos e novelas, que eram quasi histórias do Trancoso, causa pasmo ver uma figura como a de Nisia".

Ivan Lins, em magnífico artigo publicado no *Correio da Manhã* de 4 de junho de 1941, ao referir-se ao livro do escritor riograndense do norte Adauto Câmara, sobre a grande intelectual brasileira, acentuou bem: "E" por isto que a crítica especializada não há de sonegar-lhe louvores, e o público há de acolher o livro com o mais franco entusiasmo, pois o merece pelo carinho e o critério com que ressuscita a vida dessa brasileira que, nascida e formada no Rio Grande do Norte, no primeiro quartel do século passado, ostentava tais dotes morais e intelectuais que soube inspirar amizade e admiração a alguns dos homens mais célebres de seu tempo: Manzoni, Augusto Comte, Lamartine, Alexandre Herculano, Duvernay etc. Nisia, aos 28 anos, era professora de latim, francês e italiano. Lecionava sozinho quasi todas as disciplinas do colégio que fundou no Rio de Janeiro (Colégio Augusto). Em França, deu-se pessoalmente e correspondeu-se com Augusto Comte, freqüentando cursos no Colégio de França e no Museu de História Natural, e em Florença, aos 51 anos de idade, ainda acompanhava as aulas de Parlatore, colaborador de Humboldt. Possuía, assim, uma cultura absolutamente invulgar, não só na América, mas ainda na Europa de seu tempo."

Adauto Câmara considerou Nisia "o mais extraordinário caso de autodidatismo neste país".

Roberto Seidl escreveu em 1933: "Nisia Floresta: a vida e a obra de uma grande educadora, precursora do abolicionismo, da República e da emancipação da mulher no Brasil".

Ivan Lins, no artigo a que nos referimos, teve o cuidado de mencionar, numa justa homenagem, os nomes de todos os nossos homens de letras que têm focalizado a figura singular de Nisia.

Assim é que ficamos sabendo que Adauto Câmara afirmou que Henrique Castriçano, conterrâneo de Nisia, é quem mais se tem dedicado ao estudo de sua personalidade, fazendo até pesquisas na Europa sobre sua vida, considerando esse escritor o mais autorizado a tratar de Nisia. Estudaram-lhe também a personalidade: Vieira Fazenda, Oliveira Lima, Reis Carvalho, Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Paulo Carneiro.

Agrada-nos registrar, nesta reportagem, que partiu do General Souza Doca, na sua presidência em 1938, da Federação das Academias de Letras do Brasil, o convite ao Sr. Adauto Câmara, membro dessa instituição, para fazer uma conferência sobre Nisia, a qual realizou, tendo depois enfeitado num livro os elementos que coligiu, proporcionando-nos assim a bela obra a que o Sr. Ivan Lins se refere com tanta simpatia e entusiasmo e na qual o autor sugere a transladação, pelo governo brasileiro, dos restos mortais de Nisia, que se encontram em Paris.

Depois de Adauto Câmara, o ex-deputado Sr. Deoclécio Duarte realizou, em março de 1941, no Departamento de Imprensa e Propaganda, uma conferência sobre Nisia Brasileira.

Trabalhos de Nisia

Damos em seguida a relação de alguns trabalhos de Nisia Brasileira, conforme publicou o Sr. Ivan Lins em seu artigo:

Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens — 1852 — Traduzido do inglês e de Mrs. Godwin.

Conselhos à minha filha — 1842.

Daciz ou a jovem completa — 1847.

Fanny ou o modelo das donzelas — 1847.

A Lágrima de um Caeté — 1849 (Poema sobre a Revolta Praieira).

Dedicação de uma amiga — Romance histórico em dois volumes, 1850.

Opúsculo humanitário — 1853 (Coletânea de artigos sobre a educação da mulher).

Itinéraire d'un voyage en Allemagne — Paris — 1857.

Scintille d'un'anima brasileira — Florença — 1859 — Enfeitando cinco trabalhos, um dos quais, "A Mulher", foi traduzido para o inglês e publicado em Londres em 1856.

Trois ans en Italie suivis d'un voyage en Grèce — 1864 e 1872 — (Trabalho onde atinge, conforme acentuou Ivan Lins, a culminância de seu esplendor espiritual, debatendo agudamente os problemas políticos e sociais do

seu tempo, constituindo, no julgamento de Adauto Câmara, a sua obra prima).

Fragments d'un ouvrage inédit — Paris — 1878.

Nisia Brasileira colaborou aqui no Rio nos seguintes jornais: *Correio Mercantil*, *O Liberal* e *Diário do Rio de Janeiro*. Escreveu ainda na revista editada em Nova York, em língua portuguesa, por José Carlos Rodrigues, que lhe consagrou no número de maio de 1872 entusiástica apreciação.

O bispo de Mondovi, na Itália, mandou adotar o livro de Nisia, *Conselhos à minha filha*, nas escolas de sua diocese.

Nisia nasceu no sítio de Floresta, em Paparí, no Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1809. Seu pai foi Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, advogado português, e sua mãe, Antonia Clara Freire, brasileira, natural do Rio Grande do Norte. Até 1824, Nisia permaneceu em sua terra natal. Depois, veio ao Rio Grande do Sul, fixando-se em seguida no Rio de Janeiro, onde fundou o Colégio Augusto. Era casada e teve dois filhos: Lúcia Augusta de Faria Rocha e Augusto Américo de Faria Rocha, que durante muitos anos foi educador nesta Capital, constando que o ex-presidente Washington Luiz e o saudoso professor Maximino Maciel foram seus alunos. (Nota do livro do Sr. Adauto Câmara).

Capitão Uirá

Foi o coronel Fonseca Vasconcelos quem nos falou sobre o Capitão Uirá, nome de um Pôsto Indígena no interior do Maranhão. A propósito, o "Correio da Manhã" de 22 de julho último publicou uma reportagem, que, transcrita aqui, corresponde perfeitamente às notas que tomámos então e às quais não há necessidade de dar outra forma, tanto mais que são do mesmo autor desta reportagem na *Revista do Serviço Público*.

Ei-la:

"O contacto de um índio com a civilização"

Há muito que ver na Esplanada do Castelo. A questão está em se procurar saber como trabalham ali aqueles arranha-céus algumas instituições oficiais ou particulares que mantêm contacto com o público.

Há dias descrevemos aqui a interessante organização que se empenha em estreitar cada vez mais as nossas relações com um povo super-civilizado, e descrevemos então o Instituto Brasil-Estados Unidos.

Hoje, o repórter do *Correio da Manhã* vai dizer, numa reportagem concentrada — e não pode ser doutra forma — o que uma outra instituição está realizando para estreitar as nossas relações de civilizados, mas agora com "um povo bárbaro, de botucudos e selvagens", que desejamos incorporar à civilização. Essa repartição é o Serviço de Proteção aos Índios.

No Edifício Deodoro, à avenida Graça Aranha, n. 81, procurámos no indicador, à entrada, a localização desse órgão do Ministério da Agricultura. E no elevador dissemos ao cabineiro:

— 4.º andar.

Pouco depois, conversávamos com o diretor do Serviço, coronel Fonseca Vasconcelos. Agrá-dável, o seu gabinete. Busto de José Bonifácio, retrato do Sr. Getúlio Vargas, com um indiozinho ao braço, e o do general Rondon, e um mapa do Brasil com a localização de postos de proteção aos índios. Ficámos a observar por instantes a distribuição desses postos pelos Estados, até que o coronel Vasconcelos nos pudesse atender.

Bueno, o nosso fotógrafo, bate logo uma chapa do quadro em que se vê o presidente Vargas muito satisfeito a segurar o indiozinho rechonchudo.

O índio que quis conhecer de perto a civilização

O repórter passa a falar com o diretor do Serviço; conversa depois com o Sr. Antônio Estigarribia e, também, com o general Rondon. Notas, muitas; e fotografias, várias, para ilustrar longa reportagem sobre a repartição. Esta que aqui está, *minima pars*, será, sem dúvida, ligeira amostra.

O coronel Vasconcelos, depois de nos dar em linhas gerais a estrutura da repartição que dirige, acentuou a falta de compreensão, que infelizmente ainda existe entre nós, do problema de assistência e proteção aos nossos índios. Incompreensão que se observa até em pessoas que não podem nem devem tê-la. E, a propósito, referiu-nos este caso:

Há cerca de dois anos um índio, chefe de clan da tribo dos Urubús, no Maranhão, ansioso por conhecer mais gente branca além daquela com quem convivia no Pôsto Indígena Gonçalves Dias, que abrangia a sua aldeia, tocou-se para São Luiz, fazendo-se acompanhar da mulher e de um filho. Uma aventura, uma grande aventura para ele, que desejava conhecer de perto o que era afinal uma cidade. A gente do Pôsto Gonçalves Dias era boa, ele bem o sabia; prometera-lhe até uma novilha malhada se ele conseguisse trazer mais indiozinhos para o colégio. E, no meio do caminho, pensava num outro mundo, melhor talvez que as florestas em que sempre vivera... Talvez. O menino, então, exultava!

— E o índio, o capitão Uirá, continuou o coronel Vasconcelos, chegou satisfeito com a família a São Luiz, onde iria conhecer de perto a civilização.

— E o senhor conseguiu notícia da impressão que tiveram eles desse primeiro contacto com a capital de um Estado?

— Conhecí. E lamento haver agora de recordar este triste episódio, bem revelador da incompreensão de que lhe falei a princípio. Após vários incidentes de rua provocados pela sua presença, foi preso e surrado o capitão Uirá. Este Serviço, entrando em entendimento com os seus representantes naquele Estado e suas autoridades, conseguiu a libertação do índio. Procurou-se mesmo reparar a grande desfeita por que passara o valente e brioso capitão. Até ao cinema o levaram, para



Pôsto Indígena Icatú, na alta Paulista. Casa de índios, casa de máquinas, largo artificial para criação de carpas, e cavalos do pôsto

distraí-lo e fazer esquecer tanta decepção sofrida. Mas no íntimo talvez permanecesse bem viva a imensa máguia que a civilização lhe havia deixado. E no cinema chegou a rir, mostrando-se satisfeito. Dias depois, partiu êle de regresso à aldeia, levando vários presentes fornecidos pela Inspetoria do Serviço de Índios.

Capitão chegou até ao Pôsto Gonçalves Dias, de onde se deveria transportar à aldeia. Ali dormiu e, ao amanhecer do dia seguinte, antes de pôr-se a caminho, convidou a mulher e o filho para banhar-se no rio próximo, hábito que é quasi um rito entre êles. Fora, entretanto, das vistas do encarregado do Pôsto Gonçalves Dias, o capitão Uirá despojou-se de seus adereços de chefe de clan e, entregando-os ao filho, disse-lhe:

— Meu filho, um capitão não apanha. Você vai embora com sua mãe; seu pai não pode mais viver, depois de surrado pelo “branco”.

Atirando-se à água, o brioso Uirá desapareceu para sempre no cardume das piranhas.

E concluiu o coronel Vasconcellos:

— Infelizmente, numerosos fatos como êste já se acham registados na acidentada vida de nos-

sos índios; de nossos índios, só, não: de todos os índios da América.

O repórter, por natural associação de idéias, lembrou-se de Gonçalves Dias e de seu *Y-Juca-Pirama*:

Tu choraste em presença da Morte?

Na presença de estranhos choraste?

Não descende o cobarde do forte:

— Pois choraste, meu filho não és!

Hoje, o Serviço de Proteção aos Índios tem um seu Pôsto, situado na Barra do Corda, com o nome do brioso capitão Uirá. — A. R.

VANUIRE

Sobre Vanuire, quem nos falou foi o coronel Vasconcelos, que assim justifica a denominação dada a êsse Pôsto Indígena:

— Há em S. Paulo a região de Tupan, que abrange o último prolongamento da Estrada de Ferro Paulista, na qual tivemos o concurso do então tenente Manoel Rabelo, inspetor de índios nêsse Estado.

Rabelo, como se sabe, conseguiu a pacificação dos *Caingangues*, tendo como uma de suas principais auxiliares a índia Vanuire.

Essa índia foi um dia aprisionada, quando mocinha, pelos *bugreiros*, e Rabelo, sabendo de sua escravização, mandou buscá-la em Campos Novos. Teve o jovem inspetor de índios a surpresa agradável de encontrar em Vanuire uma pessoa inteligente, corajosa e disposta a lutar em defesa de sua gente, tornando-se assim magnífico elemento de ligação do tenente Rabelo e seus auxiliares com os índios da região. A conduta da índia nêsse sentido foi admirável. Vanuire, em meio da floresta, exortava os índios a aproximar-se de nossos auxiliares, falando-lhes em voz alta, como discursando. E o fazia cheia de entusiasmo, empolgada mesmo. E, assim, durante muitos anos prestou excelentes serviços de aproximação entre índios e civilizados. Vanuire morreu entre os serventários do Pôsto Indígena de Icatú.

TENENTE MANOEL RABELO

O Dr. Antônio Estigarribia, depois que o coronel Vasconcelos nos falou de Vanuire, deu-nos outros informes sôbre os índios que o tenente Rabelo pacificou. Hoje há um Pôsto Indígena no Maranhão, denominado "Tenente Manoel Rabelo", em homenagem a êsse grande defensor de nossos índios.

— Os *Caingangues* de S. Paulo, disse-nos o Dr. Antônio Estigarribia, embora pertencentes a mesma tribo dos do Paraná, não eram, entretanto, pacíficos. Ao contrário: na defesa de suas terras chegaram a impedir durante algum tempo o prolongamento da construção da E.F. Noroeste do Brasil. E Von Ihering, diretor do Museu Paulista, achou mesmo que tais índios deveriam ser exterminados, por entender que não havia absolutamente meios de pacificá-los.

E só êste fato basta para mostrar como errou Von Ihering: mais tarde recebeu êle na cidade de S. Paulo a visita de uma comissão de índios *Caingangues*, que... o foi cumprimentar. Claro que o sábio alemão voltou atrás em sua antipática opinião. Êsses índios são no momento excelentes trabalhadores de fazendas, nas quais manejam bem arados e outros instrumentos agrícolas.

General Dantas Barreto

— Por que se deu o nome do general Dantas Barreto a um Pôsto Indígena de Pernambuco?

E a resposta do Dr. Antônio Estigarribia foi esta: — Há em Pernambuco uma sesmaria doada aos índios *Fulniôs* desde os tempos coloniais, no município de Águas Belas, no sertão daquele Estado. A exemplo do que acontece com terras dos índios em toda parte, surgiram os intrusos, que chegaram mesmo a fundar dentro das referidas terras a atual cidade de Águas Belas, depois de uma série de violências e esbulhos, que culminaram com a posse das terras trabalháveis, existentes fora da cidade. O mérito de Dantas Barreto está em ter feito voltar à posse dos índios, durante o seu governo, grande parte dessas terras. Nessa conduta não prosseguiu, entretanto, o seu sucessor. Foi por isso necessária a intervenção do S.P.I., afim de se conseguir a imissão de posse dos índios naquilo que de direito lhes pertencia. E hoje os descendentes dêsses índios voltaram à posse das terras, em virtude do ato n. 637, de 23

de julho de 1928, do governador Estácio Coimbra, que, afinal, tornou efetiva e definitiva a mesma posse.

O BOLETIM DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

O S.P.I. publica em sua sede nesta capital um *Boletim*, que constitue excelente repositório de informações de tôdas as atividades da repartição.

Com o de julho último, já foram publicados vinte números. Todo o *Boletim* é mimeografado, o que lhe permite, sem dúvida, perfeita regularidade na confecção, pois que se dependesse de tipografia não haveria como manter-se o mesmo ritmo de impressão.

CORRESPONDÊNCIA COM OS POSTOS INDÍGENAS

O *Boletim* do S.P.I. mantém diversas secções pelas quais se põem Inspetorias e Postos a corrente de decisões dessa repartição e das do Governo em geral, que lhe afetem as atividades.

Por outro lado, os Postos Indígenas remetem à sede do Serviço aqui no Rio e mensalmente os seus boletins próprios, nos quais são registadas as ocorrências e o desenvolvimento de suas atividades. E essas informações são as mais diversas, abrangendo não só a vida intramuros de cada Pôsto, mas também o que se passa nas suas terras, trabalhadas pelos índios. Assim é que fica devidamente registado tudo que nêles ocorre: uma visita, oficial ou não; o movimento demográfico do Pôsto; construções, lavoura, pecuária, vida escolar ou esportiva, etc.

Exemplo de uma comunicação dessas:

"Pôsto Indígena José Bezerra" (Acha-se instalado à margem do rio Teles Pires, em Mato Grosso, e atende aos índios "Cajabís") — 20 de julho de 1943.

Acaba de regressar a êste pôsto um grupo de "Cajabís", que aqui residiu de 1929 a 1934, trazendo em sua companhia um menor branco, civilizado, de 12 anos presumíveis, que fôra por êles aprisionado no Baixo Tapajoz após uma luta com os civilizados e da qual saíram vitoriosos. Fiquei com o menor sob os cuidados desta administração até ulterior decisão dessa diretoria".

Êsse fato, que já havia sido comunicado pelo chefe da Inspetoria de Mato Grosso, foi retransmitido à Inspetoria do Pará, a que se acha afeta a zona em que se registaram os acontecimentos nos quais se viu envolvido o menor civilizado.

E assim, daqui a muitos anos, o menino aprisionado pelos índios "Cajabís" muito terá que contar de um episódio interessante no qual, de certo, não houve falta de violência e de situações empolgantes...

Outra nota lida no *Boletim*, e que difere bem da anterior, diz respeito à vida econômica de um Pôsto:

"P.I.C. Caramurú, maio de 1943.

É completamente satisfatório o estado de saúde do rebanho bovino. Os novilhos estão em franca engorda e crescimento, prometendo boas vacas e bois. O rebanho apresenta um bonito aspecto, quer pelo seu bom estado de saúde, quer pela sua qualidade, que, de um modo

geral, pode ser considerada boa. No próximo boletim de criação dêste P.I.C. prestaremos informações mais detalhadas sobre a qualidade do gado, afim de que a Diretoria possa ter conhecimento não só da quantidade como também da qualidade. Durante o mês p.p. nasceram quatro (4) bezerros. Durante o mês registou-se a morte de uma (1) bezerra, que morreu repentinamente. Não foi possível identificar a moléstia. O cadáver foi imediatamente queimado”.

A MANUTENÇÃO DOS POSTOS

Mostrámos ao coronel Vasconcelos as duas notas reproduzidas linhas atrás sobre a vida de um posto, com a intenção de provocar de sua parte outras informações interessantes.

O diretor do S.P.I. disse-nos o seguinte, quanto à última nota:

— As verbas que o Governo nos tem concedido anualmente para manutenção da assistência aos nossos índios muito têm oscilado, o que trouxe sempre graves danos à marcha de nossa administração. O senhor poderá facilmente compreender o inconveniente da irregularidade da concessão de créditos por esta disparidade que se verificava antigamente e que hoje, felizmente, não se observa mais: Em 1913, por exemplo, a verba foi de 2.200 contos, para cair bruscamente em 1914 a 800 contos apenas; em 1930 tivemos uma dotação de 3.880 contos, para no ano seguinte ser reduzida a 1.560! E, assim baixa e cada vez mais baixa, foi mantida até 1939. Já em 1940 subiu a 3.450; em 1941 a 4.897 contos; em 1942, 7.362 e em 1.943, 8.095 contos. E, assim, não havia como manter-se qualquer programa de trabalho, que dependa, sobretudo, de recursos materiais certos para sua execução. Isso bem revela a falta de técnica na elaboração orçamentária anterior. Como, portanto, manter serviços organizados, como se verificou em 1930, com quasi quatro mil contos, para, no ano seguinte, terem de ser mantidos apenas com 1.500 contos? Daí a facilidade em criticar-se a nossa atuação, com desprezo de razões, como essa, tão ponderáveis. Estamos certos de que doravante não teremos mais que enfrentar dificuldades como as anteriores, pois que a Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda mantém norma segura de trabalho, estudando meticulosamente os programas que lhe são apresentados pelos chefes de serviços públicos.

E prosseguindo em suas observações a respeito da vida econômica do S.P.I., acrescentou o seu diretor:

— Por outro lado, procuramos tornar os Postos Indígenas de tal forma produtivos que possam eles bastar-se a si mesmos, tanto quanto possível. O Pôsto “Couto Magalhães”, de criação, e o denominado “Fraternidade Indígena”, de lavoura, ambos em Mato Grosso, já podem ser considerados emancipados. A venda de seus produtos respectivos já cobre as despesas de sua conservação, melhoria e ampliação. O Pôsto “Couto de Magalhães” já está comprando reprodutores finos às suas próprias expensas e também o material necessário, como arame, ferramentas e utilidades de toda espécie, necessários a uma fazenda de criação. E, assim, outros postos já se vão aproximando da emancipação econômica. Mas

nossas atividades no S.P.I. não devem e não podem se restringir à manutenção apenas dos atuais postos: nossa tarefa é imensa e tem de ser extensiva aonde quer que haja índios. As finanças do país, é bem certo, não comportariam as despesas decorrentes de tão largo programa e daí o nosso objetivo e grande empenho em tornar os atuais postos a coberto de qualquer subvenção para que as verbas concedidas ao S.P.I. possam ir sendo empregadas em postos novos ou na assistência de milhares de índios que vivem à míngua de recursos.

TERRAS DE ÍNDIOS

Indagámos do coronel Vasconcelos o que há a respeito de “terras de índios”, pois a elas se referiu em dos *Boletins* do S.P.I. ao tratar de um Pôsto Indígena do Paraná. E o diretor do S.P.I. assim nos respondeu:

— Esse é o problema n. 1 do S.P.I., porque desde que se assegure aos índios a posse das terras de que necessitam, poderão eles prosseguir na sua evolução, sem maiores auxílios econômicos do Governo, cuja ação se poderia fazer sentir então no sentido do policiamento, afim de evitar a invasão das ditas terras.

— E qual é a situação atual a esse respeito?

— Muito precária ainda. Apenas o Estado do Rio Grande do Sul mantém reservas próprias de terras para índios, reconhecendo-lhes, assim, direito às mesmas. Nos demais Estados só se fala em *terras devolutas*, como se os índios, seus lidos donos, não existissem... Em todos esses Estados há índios com terras reconhecidamente suas, mas nesses mesmos encontram-se ainda numerosas tribus sem essa garantia primacial.

— Mas aquí no Serviço de Proteção aos Índios já se fez algum estudo no sentido de pôr-se cõbro a essa situação caótica?

— Sim. Há muito tempo estamos preocupados em dar a devida solução ao caso das “terras de índios”, e ainda agora cai-nos a talho de foice um expediente que recebemos do Ministério da Justiça, por intermédio do da Agricultura, sobre o assunto. O Dr. Fernando Antunes, consultor jurídico do Ministério da Justiça, pronunciando-se a respeito da regulação do artigo 154 da Constituição, que cogita, como se sabe, das terras de índios, achou por bem, preliminarmente, ouvir este Serviço, opinando mesmo que o projeto de decreto-lei de regulação daquele artigo deveria ser elaborado por nós aquí. Essa tarefa acaba, aliás, de ser ultimada e remetida ao Ministério da Agricultura para seu devido encaminhamento. É um longo memorial, no qual nos reportamos aos primórdios da questão, desde os tempos coloniais, num estudo completo de tudo quanto se refere a “terras de índios”. Acha-se dividido em vários capítulos e é de autoria do chefe da nossa Secção de Administração, Dr. José Maria de Paula, uma das vigas mestras do S.P.I.

O coronel Vasconcelos em seguida mandou vir a cópia do referido memorial. Na impossibilidade de transcrever o que nele se contém, basta que o façamos quanto apenas aos títulos em que se distribue a matéria. Por eles pode-se julgar de seu valor e de sua extensão:

1.º — Regime das Sesmarias; 2.º — Regime das Posses; 3.º — Regime da “Lei das Terras”, e, finalmente,

4.º — Regime Republicano. Lê-se em seguida a "*Síntese dos Princípios Básicos dos Direitos dos Índios às terras que ocupam, e dos meios de resolver a sua situação.*" Este capítulo compreende: 1.º — O que foi feito; e 2.º — O que se deve e se pode fazer na situação atual.

Depois dessa "Síntese", que se estende por 117 páginas datilografadas, vem o projeto de decreto-lei, que lemos atentamente e no qual se evidenciam o cuidado e a preocupação de seu autor em defender os índios brasileiros das espoliações freqüentes de que são vítimas em terras que de direito lhes pertencem e que manhosamente chamam por aí de "devolutas"...

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PROTEÇÃO AO ÍNDIO BRASILEIRO

São êstes os princípios básicos de proteção ao índio brasileiro:

- 1.º — garantir em tôda plenitude as suas terras e as suas pessoas contra espoliações ou ataques;
- 2.º — não intervir para modificar o seu sistema de vida ou organização de sua família ou tribu;
- 3.º — pôr ao seu alcance os recursos que êles possam espontaneamente utilizar para melhorar a sua vida e o seu trabalho, e preservá-los de contatos malsãos;
- 4.º — facultar-lhes qualquer transação que queiram fazer com os civilizados, de produtos do seu trabalho em troca de utilidades admissíveis entre êles.

NENHUMA IMPOSIÇÃO DEVE SER FEITA AO ÍNDIO

Em publicação do S.P.I., lemos as seguintes recomendações, feitas aos seus servidores que trabalham nos Postos Indígenas e em outros estabelecimentos nos quais se oferecem proteção e assistência aos nossos selvícolas:

- a — não consentir que seja imposta aos selvícolas nenhuma obrigação relativamente a serviços, religião, ensino e aprendizagem que não aceitem;
- b — prestar todo o amparo aos índios, atraídos e pacificados;
- c — afastar do contacto com os índios quaisquer pessoas portadoras de moléstias contagiosas e vícios ou costumes insociáveis;
- d — fazer respeitar a família indígena, tanto em sua constituição como em seu decôro, afastando irrevogavelmente qualquer funcionário ou pessoa estranha ao Serviço, e velar pela fronteira próxima vendo, se for caso para isso, a responsabilidade criminal de um ou de outro;
- e — fiscalizar a entrada para o sertão de pessoas estranhas ao Serviço, e velar pela fronteira próxima de acôrdo com as instruções que lhe forem expedidas.

CONVERSANDO COM O DR. ANTÔNIO ESTIGARRÍBIA

O Serviço de Proteção aos Índios seria inexpressivo e falho se aos seus dirigentes faltasse êsse entusiasmo saudável que os nobres e grandes empreendimentos despertam.

Cá fora, no asfalto, o homem da rua não quer saber de índio, nem pintado!

E, por isso, não acredita que haja alguém que dêles cuide com amor e fraternidade. Não é possível!

— Índio, só a tiro!

Quanto a nós, embora não partilhássemos de semelhante modo de sentir e encarar os nossos índios, confessamos que lhes fazíamos sérias restrições, como tôda gente que insiste em comparar o homem civilizado com o selvagem, querendo que êste tenha tôdas as suas virtudes e defeitos, o que importa dizer: comparar o que é incomparável...

Que pena o general Rondon não poder conversar com todos os inimigos dos índios, que os há por aí afora, até mesmo nos setores administrativos!

Agora nos sentimos satisfeito em conhecer, embora um pouco tarde, o que é a questão do índio no Brasil e como vai sendo encaminhada para solução adequada, com segurança e firmeza, por uma pléiade de bons brasileiros que, nos 94 Postos indígenas espalhados pelo interior do país, trabalham silenciosamente, com estoicismo e abnegação, como já o fizeram os seus dirigentes aqui no Rio ou das Inspetorias Regionais. E é um prazer conversar com Rondon, Estigarribia, Vasconcelos ou José Maria sobre os serviços que lhes cabem aqui no Conselho e no Serviço de Proteção aos Índios, em sua sede nesta Capital.

O PRIMEIRO CONTACTO DO DR. ANTÔNIO ESTIGARRÍBIA COM OS ÍNDIOS

O Dr. Antônio Estigarribia vem se dedicando à causa do índio desde 1904.

Engenheiro militar, resolveu, quando no pôsto de capitão, pedir reforma, afim de poder dedicar-se inteiramente à única tarefa a que seus sentimentos o encaminhavam e pela qual se deixou empolgar, logo que se pôs em contacto com os selvícolas.

Em 1904, o Dr. Estigarribia foi servir na Comissão Estratégica de Palmas, chefiada pelo então major Lino de Oliveira Ramos, que faleceu, no posto de marechal.

Palmas, no Paraná, é um município que confina com a Argentina e fazia parte do Contestado. Hoje pertence parte a Santa Catarina e parte ao Paraná. Lino Ramos foi ali abrir a estrada estratégica de Pôrto União a Palmas, de onde deveria prosseguir até à povoação de Barracão, na fronteira argentina. Foram nessa época construídos duzentos quilômetros dessa estrada, que deveria passar por Bela Vista, que hoje se chama Clevelândia, em homenagem ao presidente Cleveland, cujo laudo foi favorável ao Brasil na questão de limites, naquela zona, com a Argentina.

Entre os oficiais que faziam parte da comissão chefiada pelo major Lino Ramos encontrava-se o 1.º tenente José Vitoriano Aranha da Silva, que faleceu recentemente no pôsto de general e diretor da aeronáutica do Exército; Eugênio Richard Júnior, que deixou o Exército, entregando-se às atividades civis; o atual general Francisco Escobar de Araújo; o coronel Oscar Saturnino de Paiva e o general José Osório, estes três últimos reformados.

Notámos que o Dr. Antônio Estigarribia preferia referir-se aos seus antigos companheiros de comissão e não tratar da sua atuação, propriamente dita, entre êles.

Mas ao repórter não passou despercebido que o melhor recurso para conseguí-lo seria na certa falar em índios, a exemplo do que já observara com o general Rondon...

E, assim, logo que se ofereceu oportunidade, perguntamos-lhe quando tivera contacto, pela primeira vez, com índios, e o Dr. Antônio Estigarribia nos respondeu:

— Foi em 1904 que tive o meu contacto com os índios e que pertenciam à tribo dos *Caingangues*, parte pacífica que habitava a região de Palmas onde trabalhávamos na abertura de uma estrada de rodagem. A parte hostil da mesma tribo, que habitava o noroeste de S. Paulo, foi depois pacificada pelo Serviço de Proteção aos Índios, cujo inspetor ali na ocasião era o tenente Manoel Rabelo, que conseguiu fazer a necessária aproximação.



O Sr. Antônio Estigarribia, chefe da Secção de Orientação e Fiscalização do S.P.I., em sua mesa de trabalho

Nesta altura da nossa entrevista foi-nos servido um guaraná *legitimíssimo*, em vez do clássico e tradicional café. Tudo na sede do Serviço de Proteção aos Índios tem sua côr local...

E o Dr. Antônio Estigarribia assim prosseguiu:

— Mas, como estava dizendo, nosso trabalho era de abertura da estrada de rodagem. Compunha-se a minha turma de trabalhadores de treze nacionalidades diferentes: alemães, italianos, polacos, russos, rutenos, espanhóis, portugueses, paraguaios, corrientinos, isto é, argentinos que fazem questão de se chamarem *corrientinos*, orientais, chilenos, brasileiros e índios. Por sinal que estes últimos eram os melhores trabalhadores de terras. Não havia meio de fazê-los trabalhar a semana toda, porque pelo menos em dois

dias se entregavam à caça. As diárias variavam de dois a três mil réis. Sempre tive cuidado especial com os índios, que só moravam em meio das matas vizinhas, onde havia a tribo dos *Botucudos*, ainda e sempre hostis e dos quais os índios *Caingangues* tinham muito medo, evitando-os sempre e tôdas as vezes que estes se aproximavam. Todos os dias visitava os *Caingangues* em suas tabas. Recebiam-me bem e com freqüência traziam-me, quando no meu alojamento à margem da estrada, caça, mel e frutas que colhiam na mata. Os *Botucudos* até certo tempo não atacavam os militares, embora sempre em luta com os moradores da região, os civilizados, que os agrediam freqüentemente. As "batidas" contra eles eram feitas pelos *bugreiros*, caboclos nossos que os colonos europeus empreitavam para afugentar os índios.

Depois o Dr. Antônio Estigarribia nos disse que voltou ao Rio e passou a servir no Estado Maior do Exército e na Diretoria de Engenharia.

— Criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, sob a direção do tenente-coronel Rondon, nêle passei a trabalhar, na qualidade de inspetor no Espírito Santo, em Vitória. Nessa ocasião havia ainda índios no Vale do Rio Doce e no de S. Mateus. Na mesma comissão de inspetor fui transferido para o vale do Jequitinhonha, onde existia a tribo dos *Patachóes*, arredios e hostis. Nessa ocasião, todos os oficiais do Exército que estavam no Serviço de Proteção aos Índios, que constituíam quasi a totalidade dos seus inspetores, foi chamada às fileiras pelo general Mena Barreto. Verificou-se, assim, a primeira crise no Serviço, que depois se foi reconstituindo aos poucos com elementos civis.

— E o senhor?

— Quanto a mim, permaneci no S.P.I. por mais algum tempo, conforme concessão especial do general Vespasiano de Albuquerque. Para ficar a coberto de possíveis ordens de regressar à tropa, pois já me havia identificado perfeitamente com o problema indígena, resolvi pedir reforma do serviço ativo do Exército, no posto de capitão.

— Mais se não o tivesse feito, talvez hoje a sua situação militar fôsse bem lisonjeira...

— Pode ser que sim. Estaria, no mínimo, como coronel, pois a êsse posto se chega por simples antigüidade. Reformado, continuo no Serviço de Proteção aos Índios, no qual já exerci tôdas as funções. Depois fui dirigir a Inspeção de Mato Grosso em sua sede, em Cuiabá. Ali estive sete anos. Essa Inspeção, que abrangia então todo o Estado, hoje está dividida em duas. Minha vida então se consagrou mais intimamente ao serviço de assistência ao nosso índio, pois só permanecia em Cuiabá o tempo estritamente indispensável à prestação de contas e assinatura do expediente da repartição.

ASSISTÊNCIA E ECONOMIA DOS ÍNDIOS

— De que forma dava o senhor assistência ao índio?

— Essa assistência obedecia a normas muito variáveis. Dependia, é claro, da situação e das necessidades dos índios. No mato eles são geralmente sadios, mas o contacto com o civilizado doente, de moléstias transmissíveis, é fatal para o índio, que não tem resistência para suportar moléstias novas para eles. Os *Borôros*, em geral, são contrários ao

tratamento, preferindo os seus *bares*, isto é, os seus médicos, índios como eles. Estive algumas vezes com esses *bares*, vulgares curandeiros, que apelam para plantas e exorcismos. São hábeis provocadores de abortos, um dos motivos de estar a tribu diminuindo, conforme referiu o bispo D. Aquino Correia, em entrevista dada há tempos a *A Noite*, ao tratar dos índios das fazendas salesianas.

PARA QUE NÃO MATEM OS FILHOS

E o Dr. Antônio Estigarribia assim continua:

— A exemplo de muitos Postos de nosso Serviço, temos nos de Mato Grosso criação de gado organizada para ser transferido aos índios quando estes estiverem em condições de tratá-lo convenientemente. Essa passagem se dá de diversas maneiras: como prêmio pela colaboração prestada pelo índio aos serviços do Pôsto; como pagamento de trabalhos, aproveitamento revelado nas escolas de aprendizagem de ofício e por criança índia que nasça entre os *Borôros*. Os pais recebem uma novilha de presente. E para evitar-se que os *bares* matem depois os seus filhos, há presentes de outras novilhas até que a criança atinja a idade de cinco anos. Dessa idade em diante não matam mais, mesmo porque as crianças fogem. Felizmente, essa prática horrível de matar os filhos, só existe entre os *Borôros* e está desaparecendo. Deixando a Inspeção de Mato Grosso, fui designado pelo ministro da Agricultura, Sr. Pereira de Lyra, para resolver em Pernambuco a velha questão das terras dos índios *Fulniôs*, de Águas Belas, assunto ao qual já me referi quando tratei do nome de Dantas Barreto dado a um Pôsto Indígena naquele Estado. Na Paraíba, tive encargo semelhante, quanto a terras pertencentes aos índios Potiguaras, na baía da Traição. E assim, até 1930, estive ora em Pernambuco, ora na Paraíba, em trabalhos dessa natureza. Com a revolução desse ano, fui demitido do cargo que ocupava no S.P.I. E com a passagem deste Serviço, em 1934, para o Ministério da Guerra, voltei nele a trabalhar, agora na função de diretor administrativo. E quando o general Pantaleão Pessoa era o chefe do Estado Maior, ao qual o S.P.I. estava diretamente subordinado, fui novamente demitido, ignorando, como da primeira demissão, a causa determinante desse fato. Em 1939 fui novamente contratado para chefe de secção do S.P.I., onde até hoje permaneço.

CONVERSANDO COM O DR. JOSÉ MARIA DE PAULA

O Dr. José Maria de Paula, chefe da Secção de Administração do S.P.I., foi durante algum tempo funcionário do Serviço de Povoamento do Solo, do Ministério da Agricultura, e, nessa qualidade, fez parte da comissão fundadora do Núcleo Colonial Gonçalves Júnior, hoje Iratí, no município do mesmo nome, do Estado do Paraná.

Seu primeiro contacto com índios foi em época anterior, quando participava da Comissão Tibiriçá, encarregada de abrir a estrada de rodagem de Campos Novos do Paranapanema ao rio Paraná (Pôsto Tibiriçá) de um lado; e de outro, de Pontal do Rio Pardo até à ligação com o município do Aquidauana, em Mato Grosso. O Dr. José Maria teve primeiro contacto com a tribu dos *Caiuás*, do Paraná, quando viajava no rio Paranapanema. Em Mato

Grosso, com os *Ofaés*, da margem direita do rio Paraná. Em 1911, por indicação do inspetor do S.P.I., capitão José Osório, hoje general, passou o Dr. José Maria a trabalhar sob a direção do general Rondon, então diretor do S.P.I.

FUNDAÇÃO DE POSTOS ÍNDIGENAS

Naquele ano, o Dr. José Maria deu início à fundação de diversos postos indígenas no Paraná e da povoação indígena de S. Jerônimo, no município de Tibagi.

A propósito dessas iniciativas, disse-nos o Dr. José Maria:

— Pude então me pôr em contacto com as seguintes tribus: *Guaranís*, *Caiuás* e *Caingangues* ou *Coroados*, tôdas elas já aproximadas dos civilizados, exceto dois pequenos grupos de *Caingangues*, nos municípios de Palmas, no sul, e de Santo Antônio da Platina e Jacarézinho, no norte do



O Sr. José Maria de Paula, chefe da Secção de Administração do S.P.I., em seu gabinete de trabalho

Estado. Mostravam-se esses dois grupos arredios e, de vez em quando, registavam-se escaramuças e conflitos sérios, com mortes e feridos, entre os selvagens e o pessoal das fazendas locais.

— E não havia nada entre o pessoal do S.P.I. e esses mesmos selvagens?

— Não, porque sempre evitamos desentendimentos dessa natureza, pois o nosso lema em relação ao índio é este: "morrer se preciso for, matar nunca". Aliás, o episódio dos campos de Palmas, no qual se destacou a figura de Fioravante Esperança, morto pelos índios, é muito co-

nhecido e comprova de forma eloqüente a compreensão exata que temos dessa norma de sacrifício, que nos trazemos espontaneamente.

A PACIFICAÇÃO DOS "BOTUCUDOS" DE SANTA CATARINA

Passou depois o Dr. José Maria a falar da pacificação dos *Botucudos*, de Santa Catarina, tidos como irredutíveis. O Serviço, entretanto, após dois anos de paciente trabalho, conseguiu estabelecer contacto pacífico e amistoso com esses índios. A primeira aproximação foi a 22 de setembro de 1914, na qual se destacou o jovem Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, que estabeleceu o primeiro contacto direto com esses índios. E até hoje Lima e Silva permaneceu junto a esses índios como funcionário do Serviço, primeiro na função de encarregado do Pôsto "Duque de Caxias" e agora na de inspetor naquela região.

O INTERESSE NO ESTRANGEIRO PELOS "CAINGANGUES"

Depois de ligeira pausa, prosseguiu assim o Dr. José Maria:

— Preciso acrescentar este pormenor: essa tribu, que se supunha diferente da dos *Caingangues*, era um grupo destes, que em tempos imemoriais se separara do núcleo geral da tribu. Na Europa foi esse grupo objeto de estudos e especulações. Daí a vinda de várias missões de antropologistas estrangeiros ao Pôsto "Duque de Caxias", afim de estudar *in loco* os usos, costumes, etc. desse grupo. E recentemente foi publicado nos Estados Unidos o interessante livro "Jungle People", pelo professor Jules Henry e prefaciado pela notável professora da Universidade de Columbia, Ruth Benedict.

Levantando-se de sua mesa de trabalho, foi o Dr. José Maria buscar à estante essa obra, que o autor dedica ao nosso patrício Eduardo Lima e Silva, com quem conviveu durante quasi ano e meio, quando de sua permanência no Pôsto "Duque de Caxias", em observação do famoso grupo dos *Caingangues*. O professor Jules Henry é doutor em filosofia e professor de antropologia do Instituto Politécnico Nacional do México, professor honorário do Colégio de São Nicolas, de Hildago Moralia, e membro do Departamento dos Negócios Indígenas do México. Foi a Columbia University, de Nova York, que financiou sua missão científica a Santa Catarina e fez imprimir o livro "Jungle People".

A IDA DO CHEFE DA SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO AO SUL

Como revelássemos desejo de saber do andamento dos serviços da Secção de Administração, o seu chefe não teve dúvida em nos mostrar a tarefa que lhe cabe e aos seus auxiliares, que no momento de nossa visita e em outras ocasiões em que estivemos na sede do S.P.I. sempre vimos atarefadíssimos. Natural. Daqui desta capital se irradia a ação administrativa do Serviço a todos os estabelecimentos que lhe são subordinados, por intermédio de constante correspondência, que o diretor, coronel Fonseca Vascon-

celos, distribue a cada secção, conforme o assunto que lhe diga respeito.

O Dr. José Maria pôde então nos adiantar mais esta informação:

— No dia 29 pretendo partir para o Sul, afim de inspecionar os trabalhos a cargo da Sétima Inspeção Regional, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Visitarei os Postos "Apucarana", "Barão de Antonina" e "Laranjinha", no norte do Paraná, e os do sul: "Palmas" e "Rio das Cobras", este na estrada estratégica da Foz do Iguaçu; "Chapecó", em Santa Catarina, e "Pôsto Ligeiro", no município de Getúlio Vargas, que é, sem dúvida, o principal do Rio Grande do Sul e Posto Indígena de "Nonoai" no mesmo Estado.

— Mas de que natureza é a sua inspeção?

— Administrativa. Minha tarefa será apenas a reorganização administrativa dos Postos Indígenas e da Inspeção que tem sede em Curitiba. Pretendo imprimir uniformização aos trabalhos burocráticos, de acordo com as normas e padronização determinadas pelo D.A.S.P. Conseguiremos assim perfeita coordenação de todos os trabalhos administrativos do Serviço, obra essa que estamos estendendo a todos os estabelecimentos do S.P.I. no país. Serão imediatos os resultados dessa coordenação quanto à eficiência, rendimento e controle dos serviços, dada a excelência das normas do D.A.S.P. É bem claro que tais normas serão ajustadas à natureza especial de nossas atividades, que no quadro administrativo nacional não tem semelhança perfeita com quaisquer outras, pois, como sabe, só tratamos aqui de dar assistência a índios.

— Realmente, a natureza do serviço é muito especial.

E já nos dispúnhamos a deixar o gabinete do Dr. José Maria quando lhe ocorreu prestar mais estas informações ao reporter:

— Este livro que aqui está reúne todos os trabalhos apresentados ao Vigésimo Congresso Internacional de Americanistas, reunido nesta Capital de 20 a 30 de agosto de 1922. São os seus *Anais*. A esse congresso oferecemos nossa contribuição em forma de memória sobre os *Botucudos* de Paraná-Santa Catarina, organizada pelo S.P.I. e sob sua inspeção.

Detivemo-nos por instantes a ler o trabalho do Dr. José Maria, que no fim apresenta interessante vocabulário "botucudo", colhido pelo próprio autor nos aldeamentos dessa tribu em Santa Catarina.

UMA LÍNGUA EM QUE A PALAVRA

"AZEDO" É BEM DOCE...

Começamos a ler o vocabulário "brabo" dos *Botucudos* e notamos algumas curiosidades dignas de registro.

As palavras *avô* e *avó*, tão simples em português, em *Botucudo* são assim: *yugtoteyugma* e *yantotesinóma*.

Espelho, por exemplo, já não é tão complicado: *vedn-vedn*, o que faz lembrar o nosso verbo *ver*. Tratando-se de espelho está certo...

Lago: *ngôikatzidn* (não é muito mais simples que o tal *avô botucudo*...)

Mas o Dr. José Maria acha tudo fácil, e zás! — a explicação :

Ngóio — "água; *Katxidn* — pequena.

A palavra *azedo* é, entretanto, simples e doce: *yô*.

Não podíamos continuar a catar tais preciosidades botucudas, embora interessantes, e deixámos em paz o amável Dr. José Maria, que já estava cuidando de requisitar sua passagem na Central do Brasil afim de encaminhar-se para S. Paulo e norte do Paraná.

OUTROS SERVIDORES DO S.P.I.

Esta reportagem se ressentiria de grande falha se silenciássemos em torno de nomes de outros servidores dedicados do S.P.I. que, nos sertões, trabalhando nos Postos Indígenas, já serviram ou estão servindo ainda, ou nos escritórios em trabalhos de expediente diário onde passaram a ter atividades próprias, mas ligadas à vida anterior em que lidaram com índios e suas tribus. Falemos, portanto, em primeiro lugar dêsse homem resoluto que é o

Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa

Sobre o coronel de engenheiros Nicolau Bueno Horta Barbosa, declarou-nos o coronel Vasconcelos :

— O coronel Horta Barbosa é oficial dos mais brilhantes do Exército e o auxiliar n. 1 do general Rondon em todos os seus trabalhos sertanejos. Há três anos está êle reorganizando os trabalhos da Inspetoria a que se acham subordinados, em S. Paulo, os Postos de Araribá, Icatú e Vanuire, e, em Mato Grosso, cerca de vinte outros. Considero Horta Barbosa elemento dos mais destacados dos serviços de assistência e proteção aos índios brasileiros, pela sua tradição de trabalho, devotamento, heroísmo e abnegação. E todos nós nesta casa não nos esquecemos do seu nobre gesto quando atacado pelos "Nhambiquaras" em Juruena, em trabalhos de exploração da Comissão de Linhas Estratégicas e Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Horta Barbosa teve um pulmão varado por flexa e assim mesmo, esvaindo-se em sangue, impediu com toda a energia que os soldados que o acompanhavam revidassem o ataque dos índios. Horta Barbosa é uma flâmula do Serviço de Proteção aos Índios.

Alvaro Duarte Monteiro

E o coronel Vasconcelos prosseguiu:

— É de justiça que ressalte a pessoa de Alvaro Duarte Monteiro, que, embora seja atualmente funcionário do Ministério do Trabalho, vem desde 1920 oferecendo sua contribuição a êste Serviço. Duarte Monteiro, ainda muito jovem, quase menino, entrou para a nossa Inspetoria em Mato Grosso, servindo em sua sede. E aí demonstrou sempre invulgar devotamento à causa indígena, vindo a ser, com o correr dos tempos, um dos nossos melhores inspetores.

Coronel Amílcar Botelho de Magalhães

É secretário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios o brilhante escritor coronel Amílcar Botelho de Magalhães, sobrinho de Benjamin Constant. Membro

da Comissão Rondon, nos trabalhos de linhas telegráficas e exploração do interior do Brasil, vem publicando uma série de trabalhos sobre suas explorações sertanejas e que são magnífica achega aos estudos de questões pertinentes à vida de nossas tribus de índios.

Humberto de Oliveira

Funcionário do Ministério da Guerra, acha-se destacado no Conselho Nacional de Proteção aos Índios a que foi chamado pela sua tradição de sertanista e amigo dos selvícolas, aos quais prestou serviços quando inspetor em Mato Grosso e Paraná.

Coronel Ramiro de Noronha

Inspetor do S.P.I. em Mato Grosso, construiu importante estrada de comunicação para os vales dos rios Xingú e Paranatinga, onde agremiou no Pôsto Indígena "Simões Lopes" a tribu dos *Bacairís*. Atualmente o coronel Noronha está servindo na tropa, no serviço ativo do Exército.

Nomes que não podem ser esquecidos

Com freqüência ouvimos na sede do S.P.I. referência aos nomes de José Bezerra Cavalcanti, Manoel Miranda, Luiz Bueno Horta Barbosa e Alípio Bandeira, que prestaram àquela repartição serviços os mais valiosos.

José Bezerra Cavalcanti, engenheiro civil, dirigiu o S.P.I. de 1910 até 1933, quando faleceu. Manoel Miranda chefiou a Secção de Administração e efetuou com Alípio Bandeira amplos estudos sobre a nossa legislação indígena. Foram êles autores da lei n. 5.484, de 27 de junho de 1928, que regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Luiz Bueno Horta Barbosa foi inspetor do S.P.I., tendo exercido interinamente o cargo de diretor. Publicou diversas obras importantes sobre a vida dos nossos índios e teve ensêjo de fazer, em Montevideu, notável conferência a respeito.

NA BIBLIOTECA

O S.P.I. tem uma biblioteca de cerca de dois mil volumes, entre os quais se encontram obras de alto valor. Já se acham registadas e devidamente catalogadas mais de mil e novecentos.

A bibliotecária, senhorita Maria Luiza Pizarro Jacobina, antes de exercer essas funções, dirigiu por três anos o Pôsto Indígena "Dantas Barreto", de Águas Belas, em Pernambuco. Como se vê, além da literatura indígena, a senhorita Pizarro Jacobina já se entretteve por muito tempo a lidar com os próprios índios, conhecendo-lhes de perto os hábitos, os costumes; prática e experiência que lhe possibilitam, sem dúvida, apreciar ainda mais e com especial encanto, livros como êste:

"La civilisation maternelle des tribus tupi-guaranis", de A. Metraux, ou o "Tratado descriptivo do Brasil em 1587", de Gabriel Soares de Souza, editado em 1879 no Rio de Janeiro.

Claro que nada sabemos da atuação de D. Maria Luiza entre os índios, mas já o mesmo não podemos dizer quanto aos livros que tratam de excursões científicas de

naturalistas pelo interior do Brasil, ou das tribus estudadas por eles noutros tempos ou recentemente. Observávamos o carinho da bibliotecária do S.P.I. pelo patrimônio que lhe foi entregue a zelar.

— Vou lhe mostrar uma obra interessantíssima: É de Martius — “Glossario de diversas línguas e dialetos que falam os índios no Imperio do Brasil”. Veja esta outra: “Chronicas da Companhia de Jesus”, de Simão de Vasconcelos, editada em Lisboa em 1865.

Folheávamos ligeiramente a primeira dessas obras, quando D. Maria Luiza nos advertiu da existência de uma outra: “Leis Indígenas Portuguezas (algumas)”.

— Deve ser realmente interessante conhecer as leis indígenas de um país onde o índio sempre foi considerado como bicho...

— Mas é verdade mesmo: a obra é de João Francisco Lisboa, editada em 1864 e versa sobre o Maranhão e seus índios. No fim traz comentários sobre as leis indígenas no Brasil, comentadas pelo insigne indianófilo Alípio Bandeira, em sua “Coletânea Indígena”.

Enquanto D. Maria Luiza procurava uma fotografia de um índio escoteiro do Posto Indígena “Dantas Barreto”, pusemo-nos diante de uma estante, onde fomos lendo, a correr, os nomes dos seguintes livros: “Dicionário da língua tupi”, de A. Gonçalves Dias, de 1858; “Pacificação dos Parintintins”, de Joaquim Gondim; “Jauaperis”, de Alípio Bandeira; “Os Indígenas do Brasil”, de Mendes Júnior; “A língua dos *Caxinauás*, do rio Ibaçu”, de J. Capistrano de Abreu; “Vocabulário Nheengatú”, de Afonso A. de Freitas; “Paranduba Amazonense”, de Barbosa Rodrigues, 1887; “Expedition dans les parties centrales de l’Amerique du Sud”, de Francis de Castelnau.

E, como estas, outras obras de alto valor se encontram na biblioteca do S.P.I., que só nos pareceu ter esta falha: instalação comprimida numa pequena sala onde não há mais espaço para acomodar-se, nem mesmo pra cima, pois as estantes já alcançam o teto.

Todos os nossos ministérios estão sendo dotados de sedes novas e confortáveis. Só não se fala na do Ministério da Agricultura, talvez o mais pobre de instalação. Acreditamos que não há de durar muito essa situação desigual, e um dia o Serviço de Proteção aos Índios terá tudo bem arranjado, até mesmo anexa uma floresta povoada de índios alegres, comunicativos e felizes...

POSTOS INDÍGENAS QUE TÊM BIBLIOTECA

Há pouco tempo fizemos longa reportagem sobre as atividades do Instituto Nacional do Livro e então pudemos registrar o número de bibliotecas existentes no país até maio de 1943 e que ascendiam a 1848.

É claro que não nos foi possível apurar então — nem isso nos seria possível, à falta de espaço — a localização de cada biblioteca. Agora, ao fazermos esta reportagem, conversámos com a senhorita Maria Luiza Pizarro Jacobina, a bibliotecária do S.P.I., sobre as escolas nos Postos Indígenas e colhemos esta informação imprevista: até essas escolas dispõem de bibliotecas e, mais ainda, mantêm correspondência constante com o Instituto Nacional do Livro que, pela respectiva sessão, lhes dá

permanente assistência, com a remessa de folhetos e de livros para enriquecê-las e tudo isso feito tendo muito em conta que esses livros vão ser lidos por índios recentemente alfabetizados.

Mas o escritor Augusto Meyer, diretor daquele Instituto, e o Sr. Evandro Pequeno, chefe da sua Secção de Bibliotecas, sabem perfeitamente como devem distribuir livros, considerando sempre o grau de cultura de seus prováveis leitores...

Eis aqui uma relação de Postos Indígenas que dispõem de pequenas bibliotecas e recebem valiosa contribuição do Instituto Nacional do Livro:

Bibliotecas dos Postos Indígenas “Barbosa Rodrigues”, “Marienê”, “S. Marcos”, “Querari”, “Manauacá”, “Lobo d’Almada”, “Manuel Miranda”, “Riosinho”, “Rodolfo Miranda” e “Ipixunas” no Amazonas (I. R. 1); “São Francisco”, na Paraíba (I. R. 4); Biblioteca General Rondon, biblioteca do Posto Indígena “Rodelas”, “Pancarús”, em Pernambuco (I. R. 4.); bibliotecas dos Postos Indígenas “Paraguassú” e “Caramurú”, na Baía (I. R. 4); bibliotecas dos Postos Indígenas “Guido Marlière” e “Maxacalis” em Minas Gerais (I. R. 4); bibliotecas dos Postos Indígenas “Araribá”, “Icatú” e “Vanuire” em S. Paulo (I. R. 5); bibliotecas dos Postos Indígenas “Francisco Horta”, “Capitão Vitorino”, “Taunay”, “Aquidauana”, “Cachoeirinha”, “Lalima” “União”, “Cadiueus”, “Arquidavão”, “Itatins”, “Presidente Alves de Barros” no Sul de Mato Grosso (I. R. 5); bibliotecas dos Postos Indígenas “Simões Lopes”, “Batovi”, José Bezerra”, “S. Lourenço”, “Fraternidade Indígena”, “Piebaga”, “Couto Magalhães”, “Córrego Grande”, “Pirineus de Souza”, “Curisevu”, “Alípio Bandeira”, no norte de Mato Grosso (I. R. 6); biblioteca dos Postos Indígenas “Ligeiro”, “Nonoai”, “Laranjinha”, “Palmas”, “Queimadas”, “Guarita”, “Duque de Caxias”, “Boa Vista”, “Rio das Cobras”, “Faxinal”, “Apucarana”, “Cacique Doble”, “Xapecó”, “Mangueirinha” nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (I. R. 7); bibliotecas dos Postos Indígenas “Manoel da Nóbrega”, “Craôs”, “Tocantina”, “Getulio Vargas”, “Javaés”, “Heloisa Torres” e “Carajás” em Goiaz (I. R. 8).

NO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Como dissemos no início desta reportagem, além do Serviço de Proteção aos Índios há o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, composto de sete membros, designados por decreto do Presidente da República dentre pessoas de ilibada reputação e comprovada dedicação à causa da integração dos índios à comunhão brasileira.

O presidente do Conselho é o general Candido Mariano da Silva Rondon e são estes os demais membros: Professor Edgard Roquette Pinto, vice presidente; general Manoel Rabelo, professor Boaventura Ribeiro da Cunha, coronel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, professora Heloisa Alberto Torres e Dr. Alpheu Domingues.

É de criação recente o referido Conselho, pois o decreto que o instituiu data de 22 de novembro de 1939 e tem o número 1.794. Sua finalidade, de um modo geral, é esta: proceder ao estudo de todas as questões



O redator da "Revista do Serviço Público" entrevistando o General Rondon

que se relacionem com a assistência e proteção aos selvícolas, seus costumes e línguas. Cabe ainda ao Conselho sugerir ao Governo a adoção de tôdas as medidas necessárias à consecução das finalidades do Serviço de Proteção aos Índios e do próprio Conselho.

Embora já estivéssemos inteirados do que ficou dito linhas acima, procurámos conversar com o general Rondon sôbre a criação do Serviço de Proteção aos Índios, do qual foi organizador e primeiro diretor.

Aquela sua exposição sôbre as fazendas nacionais, a expedição Teles Pires e a história do bicho esquisito que no meio da água aperecia e sumia, sumia e aparecia, espantando os próprios índios, constituíram, de certo, excelente demonstração do seu desejo de oferecer ao repórter notas interessantes, preciosíssimas, que os leitores da *Revista do Serviço Público* saberão apreciar devidamente.

AFONSO PENA E AS NOSSAS FRONTEIRAS

Acedendo ao nosso pedido de informações sôbre a origem do Serviço de Proteção aos Índios, preferiu o general Rondon reportar-se primeiro ao movimento, que o precedeu, de defesa de nossas fronteiras, assim nos falando :

— Afonso Pena, quando Presidente da República, teve as vistas voltadas para os afastados sertões do país e, para que se tornassem conhecidos, determinou-lhes a exploração, visando levar as comunicações do telégrafo até ao Acre, pois que até ao Amazonas já existiam. Daí a constituição de uma comissão de que fui chefe para realização desse objetivo. O presidente Afonso Pena preocupou-se com o estudo de diversos traçados que poderiam levar àquele resultado. E, nessas condições, incumbiu o saúdoso diretor da Repartição Geral dos Telégrafos, Dr. Francisco Bhering, de estudá-los devidamente. Eram êstes os traçados em projeto: de Belém ao Acre, de Cuiabá ao Acre e da Baía ao Acre. O senador Antônio Azeredo, em nome do presidente Afonso Pena, convidou-me um dia a ir ao palácio afim de tratar do assunto. Lembro-me bem do que me disse o Presidente da República :

— Que acha, major, sôbre os traçados publicados e qual o que está em condições de satisfazer ao intuito do Governo ?

— Se V. Ex. me permitir escolher, acho que o melhor seria aquele que, partindo de Cuiabá, vá diretamente ao Acre, através do rio Madeira.

— Será difícil essa construção ?

— Não conheço a palavra *difícil* em serviço público. Suponho que é exequível esse trabalho. A questão é simplesmente querer.

— Pois eu quero que o senhor tome a incumbência de executá-lo, dispondo para isso de ampla liberdade de agir, e o Governo porá tudo à sua disposição.

E o general Rondon arrematou, sorrindo :

— E eis como surgiu a comissão que depois foi denominada : Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Uma linha deveria ir primeiro ao Acre, passando por Santo Antônio do Madeira, como ponto obrigatório, e daí seguiria um ramal para Manaus. Eis, portanto, como se justifica a denominação dada à referida comissão.

A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

A criação, mais tarde, do Serviço de Proteção aos Índios foi consequência do grande reconhecimento de



Sala das sessões do Conselho Nacional de Proteção aos Índios

Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, executado de 1907 a 1909, conforme se pode inferir dos termos da carta que o ministro da Agricultura no Governo Nilo Peçanha, o saudável Rodolfo Miranda endereçou ao então tenente-coronel Rondon, convidando-o a organizar essa nova repartição federal.

Na impossibilidade de fotografar esse documento na íntegra, vamos transcrevê-lo em seguida :

“Rio de Janeiro, 2 de março de 1910.

Sr. Coronel Candido Mariano Rondon.

Visa a presente carta revestir de cunho oficial o convite que, pessoalmente, vos dirigi, em nome da causa dos nossos selvícolas.

A espontaneidade da escolha de vosso nome, para fomentar e dirigir a catequese que o Governo da República deliberou empreender, é a consagração formal da conduta humanitária, generosa, que tanto vos recomendou à confiança do indígena, na longa e heróica jornada que realizastes por zonas até então vedadas aos mais audaciosos exploradores.

Quem, denodadamente e com rara abnegação, sacrificou a sua quietude, a calma de seu lar, a sua própria vida, por bem servir à Nação; quem ponde fazer do indígena — na plenitude de seu domínio no seio das florestas, defendido dos artificios da civilização pelas asperezas da vida inculta — um amigo, um guia cuidadoso, reúne, sem dúvida, os requisitos de bondade, de altruismo, que devem caracterizar a campanha que há de redimir do abandono os nossos selvícolas e integrá-los na posse de seus direitos.

Não cabe ao Governo insistir em práticas seculares que falharam aos seus ideais, revelando-se, no longo decurso de seu predomínio, baldas de prestígio para deter a corrente avassaladora de uma raça varonil, votada à escravidão e ao extermínio. Cumpre-lhe, ao contrário, constituir em bases novas a catequese, imprimir-lhe feição republicana, fora de privilégios de castas, sem preocupação de proselitismo religioso, constituindo serviço especial centralizado nesta Capital, com irradiação pelos Estados onde se torne necessária a ação que é chamado a exercer, pacientemente e sem intermissão de esforços.

A direção superior desse Serviço vos será confiada, se aquiescerdes à consulta que ora vos faço, antes das formalidades oficiais de requisição ao Ministério a que pertenceis, e tenho bem radcada em meu espírito a confiança de que será satisfeita a aspiração comum, mediante o influxo de vossa cultura científica, de vossa capacidade moral, de vossa fé republicana e da energia de vontade que vos fez o primeiro dentre os exploradores do território brasileiro.

Apresento-vos as seguranças de minha estima e legítima consideração.

Saude e Fraternidade.

(ass.) Rodolfo Miranda.”

O general Rondon respondeu ao ministro Rodolfo Miranda dizendo-lhe ser para êle honra particular dirigir esse serviço republicano, que foi inaugurado por Nilo Peçanha quando Presidente da República.

GABINETE DO MINISTRO
DA
AGRICULTURA

Rio de Janeiro, 2 de Março de 1910

Sr. Coronel Candido Mariano Rondon.

Via a presente carta revestir de cunho official o convite que, pessoalmente, vos dirigi em nome da causa dos nossos selvícolas.

A espontaneidade da escolha de v. ra fomentar e dirigir a catechese que o Governo levou empreheender, e a consagração formal generosa, que tanto vos recommendou a ga e heroica jornada que realiz mais audaciosos exploradores

a sua que
vir á
mini

Eu represento - vos as
seguranças de minha esti

Laudo e fe a
plenitude de seu de
ros da civilização pelas
m quem cuidadoso, reúne sem

ma e legitima consideração. Saudade e
quisito de honra, ... altruismo, que devem caracterizar a
nha, que ha de redimir do abandono os nossos selvícolas e em

A única condição que estabeleceu foi a da liberdade de escolha de seus auxiliares, o que, aliás, se verificou. Assim poudo o general Rondon ter o concurso, dentre outros, dos seguintes oficiais do Exército: tenentes Nicolau Horta Barbosa, Manoel Rabelo e seu auxiliar Candido de Oliveira Sobrinho, tenente Antonio Estigarribia, capitães Pedro Trompowski Toulouis e Francisco Escobar de Araujo, major Melo Nunes, tenente Alberto Portela, tenente Pedro Ribeiro Dantas etc.

O "DIA DO ÍNDIO"

Pelo decreto-lei n. 5.540, de 2-6-943, abaixo transcrito, passou a ser considerado "Dia do Índio" o dia 19 de abril, que doravante deve ser comemorado em todos os estabelecimentos do S.P.I.:

"Decreto-lei n. 5.540 — de 2 de junho de 1943

Considera "Dia do Índio" a data de 19 de abril

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista que o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o "Dia do Índio", decreta:

Art. 1.º É considerado — "Dia do Índio" — a data de 19 de abril.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.
Osvaldo Aranha."

O QUE O GENERAL RONDON NOS DISSE SÔBRE O "DIA DO ÍNDIO"

Perguntámos ao general Rondon porque o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano propôs a adoção da data de 19 de abril para o "Dia do Índio", e seu esclarecimento não se fez demorar:

— Porque foi nesse dia que se instalou aquele congresso. A data nos é particularmente grata porque coincide com a do aniversário do Presidente Getúlio Vargas que, depois de Nilo Peçanha, mais tem feito em favor da causa indígena no país, prestigiando sempre este Conselho e o S.P.I. nas suas resoluções atinentes à defesa e proteção aos nossos selvícolas. Foi o Presidente Getúlio Vargas o primeiro chefe de Estado no Brasil que visitou "in loco" um aldeamento de índios, tendo estado entre os "Carajás" e "Javaés" no Araguaia, tendo-se deixado fotografar com um indiozinho no braço. Damos nesta reportagem reprodução da fotografia assim do Presidente Vargas e que figura hoje em todos os Postos Indígenas.

Quanto à resolução do Congresso Indigenista fazendo escolher a data de 19 de abril como a consagrada ao "Dia do Índio", o general Rondon nos fez ler a Ata final n. 45 desse congresso, reunido em 1941 na pequena cidade mexicana de Pátzcuaro, a qual reza a respeito o seguinte:

"Segundo — Que los países de América adoten el día 19 de abril, como Día Americano del Indio para conmemorar la fecha en que por primera vez se reunieron los Delegados Indígenas al Primer Congreso Indigenista Interamericano en la Posada de Don Vasco de Quiroga en Pátzcuaro, Michoacán, Republica Mexicana, y en consecuencia" etc.

Quando conversávamos com o general Rondon, o coronel Jaguaribe de Matos, que nos acompanhava a palestra



O Presidente Getúlio Vargas, quando de sua visita a Ilha do Bananal, em Goiaz, carregando um indiozinho, filho do "capitão" Ataul, chefe dos índios Carajás

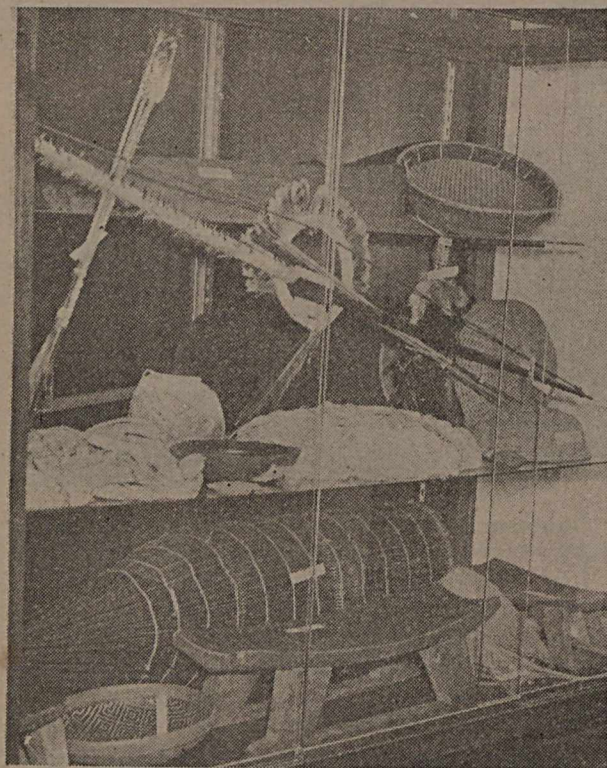
com vivo interesse, teve ensêjo de referir-se à civilização dos maias e dos incas, sendo suas observações apoiadas pelo grande indianista general Rondon, cujos conhecimentos sobre a civilização indígena no Brasil e em toda a América são notáveis, afirmando-nos que o México, a Bolívia e o Paraguai "são os Estados mais americanos da América". E a palestra tomou então sentido ainda mais atraente. De um lado, o ilustre coronel Jaguaribe de Matos, a falar-nos na escultura dos maias ou naquela interessante lenda da deusa índia que, descrente de conseguir a regeneração de costumes dos seus, atirou-se no lago Titicaca... O general Rondon discorreu com proficiência sobre os grandes apóstolos da causa dos índios e nos falou naquele bispo de Chiapa, D. Bartholomé de Las Casas, que Miguel Lemos tanto exaltava.

A AÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Depois o general Rondon voltou a tratar do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, referindo-se a alguns de seus atos e atitudes, detendo-se por algum tempo naquele triste episódio do massacre, por fazendeiros de Goiaz, de sessenta índios "Crâ-ôs", nas margens do rio Manoel Alves Pequeno, afluente da margem esquerda do baixo Tocantins.

UM MAL-ENTENDIDO...

O general Rondon referiu-nos aquele caso do processo sobre o acordo que esteve a ponto de ser feito com o Vaticano para entrega dos índios brasileiros aos cuidados de missões religiosas católicas. E o general Rondon sublinhou bem a palavra *cuidados*. Em seguida mandou buscar o ofício n. 316-S/2 (Circular) de 5-9-41, do Serviço de Proteção aos Índios, ao qual vimos anexo todo o processo atinente à questão, que já foi amplamente divulgada. Dêse processo constam: o "Ante-projeto de um acordo entre o Brasil e a Santa Sé para regular a situação e financiamento das missões apostólicas no Brasil", parecer do ministro



Artefatos indígenas procedentes do Amazonas e expostos no Conselho Nacional de Proteção aos Índios

Souza Costa; parecer da 2.^a Secção da Diretoria da Justiça e do Interior; parecer do Dr. Antônio Martins Viana Estigarríbia, chefe da 2.^a Secção do Serviço de Proteção aos Índios; e, finalmente, cópias das 10.^a e 11.^a sessão do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, nas quais foi a questão estudada e debatida suficientemente.

O FRACASSO DO ACÓRDO

A proposta do Vaticano não vingou, conforme se pode ver por este documento, que vamos transcrever na íntegra:

COPIA

Chefe da Divisão Política e Diplomática

16 Julho 41

942 (42) (98)

A Secretaria da Presidência da República encaminhou a este Ministério, sob o n. 17.653, o ofício n. 226, do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, acompanhado de cópias das atas das 10.^a e 11.^a sessões, nas quais foi debatido o parecer do Serviço de Proteção aos Índios sobre o ante-projeto de um Acordo com a Santa Sé para regular a situação das Missões Apostólicas no Brasil. Motivou esse expediente a consulta do Senhor Presidente da República aos Ministérios da Agricultura, Justiça e Fazenda, em virtude da exposição de motivos pela qual este Ministério solicitou de Sua Excelência aprovação para o referido ante-projeto.

2. Tomando em consideração as objeções formuladas pelo Serviço de Proteção aos Índios, ficou assentado por este Ministério não fossem prosseguidas as negociações desse Acordo.

3. Em vista disso, foram transmitidas instruções ao Embaixador do Brasil na Cidade do Vaticano.

Respeitosamente

(ass.) Antônio Mendes Vianna.

A S. Excia. o Sr. Secretário Geral
16-7-41".

O general Rondon mandou em seguida buscar a cópia do seu parecer sobre a questão e, lendo-a para que a ouvíssemos, assim concluiu:

— Tudo isso, afinal, não passou de um malentendido do Vaticano, desconhecedor então de que no assunto temos orientação própria.

HÁ 350.000 ÍNDIOS NOS ESTADOS UNIDOS

"A Administração Federal nos Estados Unidos" é um interessante livro do Sr. Gustavo Lessa, que nos dá esta informação sobre a repartição norte-americana *Office of Indian Affairs*:

"Os índios americanos no começo da época colonial entraram em acordo com muitos dos pioneiros europeus e de bom grado lhes venderam trechos extensos dos territórios que habitavam. Depois, porém, longos períodos de luta se sucederam em que os indígenas foram cedendo o terreno quasi que só diante da força. Esta luta se prolongou até a segunda metade do século passado. É característico que a repartição de que tratamos estivesse a princípio localizada no Ministério da Guerra. Hoje, a situação é bem diversa. Cerca de 350.000 índios, fazendo parte de 277 tribus, vivem em terras a eles reser-

vadas, as "reservations", das quais há cerca de 62, esparsas por 16 Estados. Os de maior população índia são: Oklahoma, Arizona e Novo México. O *Office* tem perto de 7.000 empregados e se ocupa com a saúde dos índios, a sua educação, a organização de estabelecimentos de crédito, o desenvolvimento de um programa de cultura e irrigação das suas terras, a proteção de florestas, a construção de estradas, a defesa dos recursos naturais da região e da propriedade dos índios, etc. A atual administração pretende ter iniciado uma política mais enérgica visando a reabilitação econômica, social e cultural dos índios. A lei que corporificou esta nova política foi aceita pelo voto de 176 tribus contra o de 75. Cada tribu discute a sua constituição própria, a qual deve receber o *placet* final do Ministro do Interior."

LEGISLAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

O Serviço de Proteção aos Índios foi criado pelo decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910, que aprovou o regulamento da mesma data sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

Pelo decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, foi novamente regulamentado o referido Serviço.

Tôda a parte referente aos trabalhadores nacionais passou para o Serviço do Povoamento do Solo, na forma do disposto no artigo 118 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

O decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928, regulou a situação dos índios nascidos no território nacional.

Até novembro de 1930 o S.P.I. esteve subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, onde foi organizado em 1910, conforme o decreto acima citado.

Pelo artigo 5.º do decreto n. 19.433, de 26 de novembro de 1930, o S.P.I. foi incorporado ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

Pelo decreto n. 24.700, de 12 de julho de 1934, o S.P.I. passou a constituir um departamento da Inspeção Especial de Fronteiras, do Ministério da Guerra.

Pelo decreto n. 1.736, de 3 de novembro de 1939, foi o S.P.I. subordinado ao Ministério da Agricultura, no qual foi organizado pelo decreto n. 1.886, de 15 de dezembro de 1939.

Este Serviço tem um regime especial para aplicação dos créditos que lhe são concedidos, em virtude do decreto lei n. 2.583, de 14 de setembro de 1940.

O regimento do S.P.I. foi baixado com o decreto n. 10.652, de 16 de outubro de 1942, modificado pelo decreto n. 12.318, de 27 de abril de 1943.